

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



**MÍDIA E VIOLÊNCIA:
um estudo da atuação policial no Caso Eloá**

Liliane Ingrid de Souza

**Belo Horizonte
2010**

Liliane Ingrid de Souza

**MÍDIA E VIOLÊNCIA:
um estudo da atuação policial no Caso Eloá**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública/CRISP da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador Prof. Robson Sávio Reis Souza

**Belo Horizonte
2010**

Liliane Ingrid de Souza

Mídia e Violência: um estudo da atuação policial no Caso Eloá

Trabalho Final apresentado ao Curso de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, requisito para obtenção do Título de Especialista.

Belo Horizonte, 2010.

Robson Sávio Reis Souza

Robson Sávio Reis Souza (Orientador)

Luciana Assis

Luciana Assis (Examinador)

RESUMO

Este trabalho analisa a atuação policial diante do Caso Eloá, o mais longo seqüestro em cárcere privado já registrado pela PM de São Paulo, que adquiriu repercussão nacional e internacional. Neste sentido, tendo como referência vídeos e críticas sobre o assunto, este estudo visa analisar a atuação policial, buscando verificar se houve ou não despreparo técnico no momento das ações. A referência a ser utilizada será o vídeo do momento da invasão do cativeiro, comentado pelo instrutor da SWAT, Marcos do Val.

Com o prolongamento do caso a imprensa brasileira voltou sua atenção à tragédia. A cobertura da imprensa foi criticada pela ênfase exagerada no caso e pela interferência nas negociações, já que alguns veículos conseguiram entrevistar o seqüestrador pelo telefone bloqueando as negociações que eram realizadas pelo GATE. Desta maneira, pretende-se analisar a influência da mídia no desfecho da situação tomando com referência a entrevista ao vivo com Lindemberg feita pela jornalista Sônia Abrão, da Rede TV, que segundo ação movida pelo Ministério Público de São Paulo interferiu na atividade policial em curso e colocou a vida da adolescente e dos envolvidos na operação em risco.

Palavras chave: mídia; violência; segurança pública; caso Eloá.

ABSTRACT

This work analyzes the playacting police Eloá face of the case, the longest abduction prison already registered by private PM of Sao Paulo, which has acquired repercussion national and international level. In this direction, taking as reference videos and criticism of the matter, this study aims to analyze the playacting police, to verify whether or not technical unreadiness at the time of the actions. The reference to be used shall be the video of the time the invasion of captivity, commented by instructor of the SWAT, Marcos Val. With the extension of the case the Brazilian press turned its attention to the tragedy. The press coverage was criticized by overemphasis in the case and by interfering in the negotiations, since some vehicles have interview the sequestrator telephonically blocking the negotiations that were carried out by GATE. In this way, wants-analyzed the influence of the media in the outcome of the situation taking with reference to interview live with Lindemberg made by journalist Sonia Abram, of the Network TV, second action driven by Public Ministry of Sao Paulo interfered in police activity underway and put the life of adolescent and involved in the operation at risk.

Key Words: media; violence; public security; case Eloá.

Dedicatória

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que contribuíram para a minha formação, a todos que torcem por mim. Obrigada em especial ao meu orientador, professor Robson, que forneceu dicas importantes e que deu um suporte, uma base para chegar a finalização da minha pesquisa. Aos meus pais e irmãos, que sem eles não sou nada. Em especial ao meu noivo, Harley, que me ajudou muito quando precisei. E que este título que conquistei seja o primeiro de muitos que ainda estão por vir, se Deus quiser!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 ATUAÇÃO POLICIAL EM OCORRÊNCIAS COMPLEXAS E A COBERTURA DA MÍDIA SOBRE A CRIMINALIDADE	10
1.1 A atuação da Polícia Militar em situações de crise	10
1.2 A violência e a cobertura da mídia	16
2 ANÁLISE DA ATUAÇÃO POLICIAL NO CASO ELOÁ – O DEBATE COM O GRUPO DE AÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS	21
2.1 Metodologia do Grupo de Discussão	21
2.2 A polêmica com Marcos do Val	22
2.3 O vídeo exibido pelo Programa Fantástico	24
2.4 Análise da atuação policial no seqüestro de Eloá	27
3 A COBERTURA DA MÍDIA NO CASO ELOÁ	35
3.1 Do direito à informação ao sensacionalismo no Caso Eloá	35
3.2 As entrevistas do Seqüestrador	37
3.3 A ação do Ministério Público de São Paulo	43
CONCLUSÃO	46
ANEXO	49
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

Uma relação muito precoce é assim que o jornalista Márcio Campos (2008) descreve o início do namoro de Eloá Cristina Pimentel com Lindemberg Fernandes Alves. A relação começou quando a menina tinha 12 anos de idade e Liso (Lindemberg) já alcançara a idade adulta com 19 anos. Os pais da moça permitiram o namoro devido à insistência da filha. O namoro era marcado por brigas e discussões, Liso era classificado como ciumento e possessivo.

Eloá era proibida de freqüentar casamentos, festas familiares e até de sair com os amigos. Por várias vezes, o jovem colocou fim ao namoro e no outro dia recomeçava, como se nada estivesse acontecido. Mas na última Eloá não reagiu, disse à mãe que não queria mais e a partir daí passou a ter medo do ex-namorado. (CAMPOS, 2008, p.13).

O seqüestro de Eloá Pimentel foi o mais longo seqüestro em cárcere privado já registrado pela PM de São Paulo, que adquiriu repercussão nacional e internacional. Em 13 de outubro de 2008, inicia-se a “tragédia de Eloá”, uma adolescente de 15 anos. Lindemberg Fernandes Alves, de 22 anos, invadiu a residência de sua ex-namorada, Eloá, onde ela e seus colegas realizavam trabalhos escolares. No mesmo dia Alves libertou dois reféns, restando no apartamento Eloá Cristina e sua amiga Nayara Silva, de 15 anos. O Grupo de Ações Táticas Especiais, GATE, foi acionado para resolver o caso. No dia 14, às 22h50min, Nayara é libertada pelo seqüestrador. Entretanto, no dia seguinte, a polícia permite a volta da adolescente ao cativeiro para continuar as negociações. Foram mais de 100 horas de cárcere privado até que o GATE, juntamente com a Tropa de Choque decidiram invadir o cativeiro. Os militares alegaram ter ouvido um disparo de arma de fogo no interior do apartamento, por esse motivo realizaram a ação para libertar as reféns e prender o seqüestrador. No momento da tentativa de invasão, Alves fez disparos de arma de fogo em direção as reféns. Nayara saiu do cativeiro andando, com um tiro no rosto, já Eloá estava em uma maca, baleada na cabeça e na virilha. Alves foi preso e conduzido à delegacia. Às 23h30min do dia 18 de outubro foi confirmada a morte cerebral de Eloá Cristina Pimentel.

A tragédia de Eloá alcançou grande repercussão na mídia. Com o prolongamento do caso a imprensa brasileira voltou sua atenção ao seqüestro. Alguns veículos de comunicação como a Rede TV, a Rede Globo e o jornal eletrônico Folha Online conseguiram realizar entrevistas

“exclusivas” com o seqüestrador Lindemberg, o que abriu espaço para uma série de reflexões sobre o papel da mídia na cobertura de Segurança Pública. A atuação da PM de São Paulo, representada pelo GATE, Grupo de Ações Táticas Especiais, também foi alvo de críticas por parte de especialistas em Segurança Pública. Algumas questões como o prolongamento do seqüestro, a volta de uma das vítimas para o cativeiro, a invasão do local e o socorro às vítimas foram algumas das falhas apontadas tanto por especialistas quanto pela imprensa. Neste sentido, tendo como referência vídeos e críticas sobre o assunto, este estudo visa analisar a atuação policial, buscando verificar se houve ou não despreparo técnico no momento das ações.

Várias críticas foram feitas em relação à atuação policial frente ao seqüestro de Eloá, justamente pelo final trágico da situação, que culminou com a morte da adolescente pelo namorado e seqüestrador. Outro momento polêmico do seqüestro foi à cobertura da imprensa, que também foi criticada pela ênfase exagerada no caso e pela interferência nas negociações, já que alguns veículos conseguiram entrevistar o seqüestrador pelo telefone bloqueando as negociações que eram realizadas pelo GATE. Desta maneira, pretende-se analisar também a influência da mídia no desfecho da situação. tomando com referência a entrevista ao vivo com Lindemberg feita pela jornalista Sônia Abrão, da Rede TV, que segundo ação movida pelo Ministério Público de São Paulo interferiu na atividade policial em curso e colocou a vida da adolescente e dos envolvidos na operação em risco. Ainda segundo a denúncia do MP, a apresentadora Sônia Abrão, em conversa com Lindemberg, se comportou como intermediadora das negociações.

Com base nessas questões levantadas, este trabalho monográfico fará um estudo de caso da atuação policial e da cobertura da mídia frente ao seqüestro de Eloá, buscando responder se houve ou não despreparo policial no decurso da operação, bem como apontar quais foram as influências da imprensa no desfecho da situação.

Para verificar se houve ou não falhas na operação policial durante o seqüestro, a referência a ser utilizada foi o vídeo do momento da invasão do cativeiro, comentado pelo instrutor da SWAT, Marcos do Val. Em relação ao sensacionalismo da imprensa na cobertura do Caso, o ponto referencial foi a entrevista ao vivo com Lindemberg feita pela jornalista Sônia Abrão, da Rede TV, que segundo ação movida pelo Ministério Público de São Paulo interferiu na atividade policial em curso e colocou a vida da adolescente e dos envolvidos na operação em

risco. Ainda segundo a denúncia do MP, a apresentadora Sônia Abrão, em conversa com Lindemberg, se comportou como intermediadora das negociações. A ação do MP também serviu para a análise sobre a espetacularização do Caso Eloá pela mídia.

Com base nas imagens do vídeo exibido pelo Fantástico, foi elaborada uma entrevista com os policiais do GATE de Minas Gerais. A metodologia de pesquisa utilizada foi a do Grupo de Discussão, em que foram colocadas em pauta seis questões-chave que enfocaram os principais pontos polêmicos da atuação da PM de São Paulo no seqüestro de Eloá.

O primeiro capítulo tem por objetivo trazer um referencial teórico, através de manuais usados pela polícia para balizar a atuação de seus integrantes em ocorrências de alta complexidade. No Capítulo 2 será feita uma análise da atuação policial. Este capítulo será desenvolvido com base nos vídeos da invasão do cativeiro. Com base nessas imagens será realizada uma entrevista com policiais do GATE de Minas Gerais para avaliar se houveram ou não erros na atuação policial.

O Capítulo 3 abordará a espetacularização da mídia, visando refletir sobre a cobertura da imprensa diante do caso. A referência para este capítulo serão as entrevistas, feitas pela jornalista Sônia Abrão, em especial uma entrevista ao vivo, que segundo opiniões impediu a comunicação do GATE com o seqüestrador por alguns minutos. Pretende-se discutir até que ponto a cobertura da mídia influenciou ou não no desfecho do seqüestro.

E para finalizar a Conclusão, em que se busca responder se houveram ou não falhas na atuação policial, quais foram essas falhas, elas foram decisivas para final trágico da operação? Outro questionamento a ser respondido relaciona-se com a cobertura da mídia, esta teve ou não influência do desenrolar do caso? Como foi feita essa cobertura tendo como referência matérias do jornal Folha Online e as entrevistas do programa A tarde é sua, da Rede TV.

1 ATUAÇÃO POLICIAL EM OCORRÊNCIAS COMPLEXAS E A COBERTURA DA MÍDIA SOBRE A CRIMINALIDADE

O primeiro capítulo tem por objetivo trazer um referencial teórico, através de manuais usados pela polícia para balizar a atuação de seus integrantes em ocorrências de alta complexidade. A doutrina de Gerenciamento de Crises é uma metodologia que estabelece condutas e noção de ação planejada para a polícia no gerenciamento de eventos complexos.

1.1 A atuação da Polícia Militar em situações de crise

O atual contexto brasileiro é marcado pelo crescente fenômeno da violência. Por sua vez, as instituições policiais necessitam de aprimoramento técnico para produzirem respostas eficientes e eficazes. A rotina policial passa a enfrentar ocorrências que escapam da “normalidade” como, por exemplo, um furto, para ganhar um status mais complexo como seqüestros e assaltos a bancos.

Nas situações que a intervenção do aparato policial se faz essencialmente necessário, o surgimento de uma crise é bastante provável, principalmente se ele surpreende um crime em andamento, tendo como reflexos imediatos, situações onde pessoas são tomadas como reféns, criando um verdadeiro impasse e colocando em risco o mais valioso bem que um ser humano pode ter, a vida. (GERENCIAMENTO de Crises, 2008, p.5).

Neste sentido, surge uma nova doutrina, Gerenciamento de Crises, que estabelece condutas e noção de ação planejada para a polícia no gerenciamento de eventos complexos. Nos EUA essa doutrina vem se consolidando há duas décadas e recebe um tratamento científico. No FBI, Federal Bureau of Investigation, e em quase todas as Academias de Polícia norte-americanas, a doutrina é ministrada em cursos de formação e especialização policial. No Brasil, essa temática ainda é recente, a primeira publicação surge na década de 90, com a apostila de Gerenciamento de Crises, escrita por Roberto das Chagas Monteiro, Delegado da Polícia Federal. Em 1995, o então Capitão da Polícia Militar de São Paulo, Wanderley Mascarenhas de Souza, aborda tal tema em sua monografia, durante o Curso de Aperfeiçoamento de Policiais. Atualmente a Secretaria Nacional de Segurança Pública,

Senasp, oferece o curso, à distância, de Gerenciamento de Crises para os profissionais da área.

Na linguagem policial, o termo crise pode ser entendido como um evento crítico, de difícil solução e de alto risco. “A crise é também conhecida como evento ou situação crucial e se mal administrada, pode macular a credibilidade e a imagem da instituição policial. Uma manifestação violenta e imprevisível do rompimento do equilíbrio, da normalidade, da paz social.” (GERENCIAMENTO de Crises, 2008 p.9). Para o FBI, crise é um evento crucial que exige uma resposta especial da polícia, a fim de assegurar uma solução aceitável.

Ocorrências de alto risco ou de alta complexidade são fatos e intervenções policiais que exigem a atuação conjunta dos Órgãos de Defesa Social, em razão da possibilidade de agravamento, inclusive com risco de morte das pessoas envolvidas, especialmente com reféns. São ocorrências que exigem o emprego de Tropas Especializadas, como o Grupo de Ações Táticas Especiais, GATE. Essas ocorrências são exemplos de situações de crises. Desta maneira, de acordo com a Resolução Conjunta 009/2005 de 24 de junho de 2005, das Polícias Militar e Civil do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre os princípios norteadores, limites de competência operacional, forma de interação e apoio mútuo das autoridades policiais envolvidas em ocorrências de alto risco, são consideradas alta complexidade as ocorrências de:

- I - seqüestros, exceto quando é desconhecida a localização da vítima;
- II - motins em estabelecimentos penais;
- III - assaltos a bancos;
- IV - bloqueio de rodovias e vias públicas de grande circulação;
- V - ocupação de imóveis urbanos e rurais;
- VI - ocorrências envolvendo, como autores, policiais civis ou militares da ativa ou inativos ou seus familiares, desde que, neste último caso, o problema leve ao envolvimento de policial; e
- VII - outras, por determinação da maior autoridade do CIAD - Centro Integrado de Atendimento e Despacho.

De acordo com o manual de Gestão das Operações (2007), utilizado na PMMG para o Curso de Formação de Sargentos, as principais características da ocorrência de alta complexidade são:

- I – Imprevisibilidade;
- II – ameaça a vida;

- III – necessidade de uma postura organizacional não rotineira e uma flexibilidade gerencial;
- IV – desenvolve-se num clima da alta pressão psicológica;
- V – necessidade de uma articulação rápida com agilidade na implementação da resposta por parte dos responsáveis pelo gerenciamento;
- VI – é amplamente explorada pela mídia;
- VII – envolvimento de vários órgãos;
- VIII – compressão do tempo, os eventos de alta complexidade impõem às autoridades responsáveis, urgência, agilidade e rapidez nas decisões.

A doutrina do Gerenciamento de Crises possuiu como objetivos a preservação da vida e a aplicação da lei. A preservação da vida é garantida a todos os envolvidos na situação de crise, ou seja, reféns ou vítimas, policiais, público e criminoso. A aplicação da lei visa à prisão dos infratores, proteção do patrimônio público e privado, além da garantia do Estado de Direito. A doutrina apresenta quatro alternativas táticas do processo de Gerenciamento de Crise: negociação, agentes não letais, sniper e invasão tática.

O manual de Gestão das Operações conceitua negociação como um processo técnico e científico que se utiliza da verbalização técnica e tática para levar ao causador da crise a proposta do comando a fim de que se resolva o fato de maneira pacífica. São empregados policiais formados e capacitados em negociação policial.

O negociador, pessoa com treinamento específico, tem um papel de grande responsabilidade no processo de gerenciamento de crises, sendo muitas as suas atribuições. Assim sendo, não pode a sua função ser desempenhada por qualquer outra pessoa, influente ou não, como já ocorreram e ocorrem em diversas ocasiões. (GERENCIAMENTO de Crises, 2008, p.23)

Ainda de acordo com o manual, agentes não letais consistem em uma alternativa de emprego de materiais e equipamentos que, diretamente não causam a morte de uma pessoa, mas que possibilitam uma ação por parte da polícia que viabilize a solução da crise com o uso mínimo da força. O sniper ou atirador de elite é uma alternativa tática que está ligada com o tiro de precisão que poderá se um tiro tático para, por exemplo, retirar a arma da mão do infrator ou um tiro letal de comprometimento para libertar o refém/ vítima ou também para possibilitar a invasão tática. “O atirador de elite só atua mediante autorização. Isso deve ser entendido no que diz respeito somente ao seu posicionamento e também quando de ordens expressas que lhe autorizem o emprego do armamento, quer preservando a vida do criminoso, quer atuando

para a eliminação total do risco.” (LUCCA, 2002 apud Gerenciamento de Crise, 2008, p.26). Conforme o manual de Gestão das Operações, a invasão tática é utilizada quando não houver mais possibilidades de encerramento da crise sem que comprometa a vida dos reféns ou vítimas. Deve ser realizada após a análise do órgão de assessoria do comando da operação, observados os critérios de tomada de decisão, pois há uma grande exposição física do policial junto ao infrator bem como a possibilidade de um refém ser alvejado é grande.

Geralmente, as medidas iniciais de uma situação de crise são adotadas por militares que realizam o patrulhamento ostensivo. É de extrema importância que esses policiais diante de uma ocorrência de alta complexidade possam empregar cinco ações essenciais para o sucesso da operação: conter, isolar, estabilizar, verbalizar e acionar. A contenção é a centralização do foco, ou seja, não deixar que, por exemplo, os seqüestradores ampliem o número de reféns/vítimas ou que aumentem a área sob seu domínio. O isolamento é uma ação que visa cercar qualquer tipo de contato da vítima ou refém e do seqüestrador com o exterior. ”Recomenda-se o corte de energia elétrica, linha telefônica, sistema de abastecimento de água, gás e qualquer outro meio de independência por parte dos causadores.” (GERENCIAMENTO de Crises, 2008, p.19). Somente a polícia é o canal de interlocução com o infrator e a vítima ou refém. Isolar a área serve também para evitar a aglomeração de curiosos ou terceiros. Estabilizar requer controlar qualquer outra ameaça que possa surgir, reduzindo o estresse para iniciar a verbalização, que é uma forma de se levantar informações que possam ser úteis ao Posto de Comando da Gerência da Crise. Desta maneira, a equipe especializada de polícia deve ser acionada para que possa dar uma solução aceitável à crise.

As negociações podem ser iniciadas, desde que as condições sejam favoráveis, por um policial que não seja um negociador oficial até que a equipe especializada assuma a operação. A equipe especializada iniciará a delimitação dos perímetros de segurança que “são os anéis de controle, que propiciam a segurança da população, das autoridades envolvidas, da imprensa, das vítimas ou reféns e dos protagonistas do evento.” (GERENCIAMENTO de Crises, 2008, p.18). Os perímetros de segurança são divididos em externo, intermediário e interno.

De acordo com a Apostila de Gerenciamento de Crises, o perímetro externo é o local onde deverão ficar todas as pessoas que não estão envolvidas diretamente com o conflito, a exemplo de curiosos, policiais de folga ou de serviço em outra área de atuação, a imprensa,

etc. É local onde é estabelecida toda estrutura operacional para resolução do conflito, neste perímetro ficam instalados:

I - Comando do Teatro de Operações (CTO) é a autoridade máxima para todas as ações no local, determina as medidas doutrinárias, autoriza as ações táticas, estabelece e supervisiona a cadeia de comando.

II - Chefe do Grupo de Negociadores está subordinado diretamente ao CTO, exerce o controle direto sobre os negociadores, determina condições viáveis de negociação e as recomenda ao CTO. É função também assegurar o cumprimento das estratégias do CTO, formulando táticas de negociação específicas para aprovação do Comando, coordena iniciativas táticas com os integrantes do grupo tático e elabora o levantamento periódico da situação psicológica dos causadores, bem como do negociador principal.

III - Chefe do Grupo de Apoio Operacional coordena os elementos de apoio operacional envolvido no gerenciamento das subunidades operacionais, dos grupamentos especializados da unidade, do acionamento do plano de chamada e da elaboração de escalas de serviço.

IV – Chefe do Grupo de Vigilância Técnica recomenda as opções de vigilância técnica ao CTO, e a prepara de modo a retro alimentar o sistema de defesa social para que haja respaldo na ação policial.

V – Comandante do Grupo Tático determina as opções táticas viáveis e as recomenda ao CTO, formula planos táticos específicos, visando apoiar as estratégias concebidas pelo CTO, além de assegurar a comunicação rápida das informações passadas pelos atiradores de precisão.

VI – Chefe do Grupo de Apoio Administrativo coordena os elementos de apoio administrativo, financeiro e logístico, envolvidos no gerenciamento como pessoal de informações, pessoal de logística, elementos de assessoria exógena e assessoria de imprensa;

VII – Grupo de Informações coleta, processa, analisa e difunde informações atuais e oportunas a todos os usuários (CTO, CGT e Negociadores). Desenvolve e assegura a consecução de diretrizes investigatórias, com vistas à coleta de informações.

VIII – Grupo de Logística prove e coordena o sistema de transporte entre o local da crise e a repartição policial. Providencia os serviços de manutenção, a distribuição de víveres e local de repouso da tropa. Possui um completo inventário dos equipamentos e demais insumos utilizados no local da crise.

IX – Grupo de Assessoria Exógena é composto de profissionais ligados a áreas de conhecimentos não dominados pelo aparelho policial, como medicina, epidemiologia e etc.

X – Assessoria de Imprensa, preferencialmente, estará à frente dessa missão, alguém que conheça de Comunicação Social. É o único elemento responsável pela divulgação dos fatos. Antes de iniciar o contato com a imprensa, o assessor comunicará com o CTO, para as devidas orientações, sobre o que vai ser passado. Deve utilizar a própria mídia como fator de sucesso no gerenciamento da crise.

O perímetro interno é uma área onde está localizado o ponto crítico. Neste perímetro devem permanecer os policiais designados, os reféns e o infrator.

É importante ressaltar que as ações policiais devem estar em conformidade com os Princípios Básicos do Uso da Força e Armas de Fogo, que foram adotados no Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e Tratamento dos Infratores, realizado em Havana, Cuba, de 27 de agosto a 7 de setembro de 1990. Este instrumento, segundo o Manual de Prática Policial (2002), tem como objetivo proporcionar normas orientadoras aos Estados-membros, sendo o Brasil um deles, na tarefa de assegurar e promover o papel adequado dos policiais na aplicação da lei.

O instrumento referido acima, em seu princípio básico de número 4, enfatiza que o uso da força e da arma de fogo só devem ser empregados quando os outros meios disponíveis se mostrarem ineficazes ou não permitirem alcançar o resultado pretendido. É importante ressaltar que a doutrina de Gerenciamento de Crises, no que diz respeito às alternativas táticas está embasada no já referido princípio de número 4 .

4. Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei, no exercício das suas funções, devem, na medida do possível, recorrer a meios não violentos antes de utilizarem a força ou armas de fogo. Só poderão recorrer à força ou a armas de fogo se outros meios se mostrarem ineficazes ou não permitirem alcançar o resultado desejado.

O Manual de Prática Policial apresenta quatro princípios essenciais para o uso da força: legalidade (amparo legal da ação), necessidade (existência de outros meios menos danosos para atingir o objetivo), proporcionalidade (o nível da força é proporcional ao nível de resistência do agressor) e conveniência (o momento e o local são convenientes para a execução da ação). Ainda de acordo com o Manual, o uso da força deve ser excepcional e nunca ultrapassar o nível razoavelmente necessário para se atingir fins legítimos. Assim o uso da arma de fogo é medida máxima e deve ser colocada em prática quando os meios menos extremos não são suficientes.

A doutrina de Gerenciamento de Crises e os demais referenciais teóricos servirão de embasamento para a discussão sobre a atuação policial no caso Eloá, que será realizada no segundo capítulo.

1.2 A violência e a cobertura da mídia

O jornalismo baseia-se em princípios democráticos nos quais o direito à informação e à liberdade de expressão são fundamentais para o pleno exercício do Estado Democrático de Direito. Esses direitos são essenciais para que atividade jornalística possa cumprir a sua função primordial, “ser mediadora do espaço público e informar os fatos que interessam à sociedade para o pleno exercício da cidadania. É assim que a ética jornalística funda-se na verdade, honestidade e objetividade”. (PATIAS, 2005, p.10). Em contrapartida, no cenário midiático encontramos um novo estilo jornalístico, o sensacionalista, em que o conteúdo predominante está relacionado ao crime, à violência e à exploração da tragédia humana.

Este novo estilo jornalístico é produto da indústria cultural e da cultura de massa, termos discutidos por teóricos da Escola de Frankfurt, principalmente Adorno e Horkheimer. Para esta linha marxista de pensamento, que elaborou a chamada Teoria Crítica, a indústria cultural significa a produção de bens artísticos e de entretenimento sob a lógica capitalista, ou seja, em busca de grandes escalas, procedimentos padronizados e lucro maximizado. Desta forma, a informação se transforma em espetáculo, contribuindo para o aumento da audiência e do lucro.

Em seu estudo sobre mídia e Segurança Pública, Dias (2008) cita Lustosa (1996) para enfatizar o caráter mercadológico da imprensa no século XX.

A mídia torna-se um grande negócio, que visa apenas o lucro, e a notícia passou a ser uma mera mercadoria, quanto mais sensacionalista, mais vendável. O sensacionalismo é uma forma de comunicação que apela às emoções primitivas por meio da apresentação de fatos que têm características incomuns, místicas ou sádicas, idealísticas ou monstruosas, fatos que são ao mesmo tempo desejados, temidos e repelidos. (LUSTOSA, 1996 apud DIAS, 2008, p.25)

A imprensa nacional, por sua vez, investiu em programas e matérias que retratam o nosso contexto social, marcado pelo aumento da violência e da criminalidade. Na mídia televisiva surgem telejornais como *Aqui Agora*, do SBT, *Brasil Urgente*, da Band, *Cidade Alerta*, da Rede Record, *Repórter Cidadão*, da Rede TV e *Linha Direta*, da Rede Globo, todos retratando a violência como espetáculo, como um produto a ser consumido pelos telespectadores.

Ao mesmo tempo em que a violência é cada vez mais banalizada e consumida, surgem iniciativas para tentar resgatar a ética e a qualidade da informação. Em 2002 foi lançada a campanha *Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania*, uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em parceria com entidades da sociedade civil, destinada a promover o respeito aos direitos humanos e à dignidade do cidadão nos programas de televisão. Mais recente, em 2009, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública e um dos assuntos em pauta foi a relação Mídia e Segurança Pública. O objetivo principal da Conferência foi construir um espaço público de discussão em torno tema, levando em consideração as opiniões dos atores envolvidos na questão, tais como profissionais da comunicação, o Ministério da Justiça, as organizações civis e os profissionais de segurança pública.

No artigo *Mídia e Segurança Pública: um balanço*, Caldeirinha e Albernaz (2009) enfocam a mudança da práxis da cobertura jornalística no campo da Segurança Pública.

A cobertura brasileira no campo da segurança pública vem, de acordo com pesquisas sobre a área, migrando de uma cobertura de “polícia” – que basicamente reproduzia as informações dos boletins de ocorrência – para uma cobertura um pouco mais contextualizada e aprofundada do tema.

Para as autoras, a cobertura jornalística que privilegiava os crimes, as ocorrências, o espetáculo da violência – em detrimento de uma análise sobre suas causas, conseqüências e possibilidades de prevenção – não consegue mais dar conta da complexidade do quadro brasileiro e vem perdendo espaço progressivamente. De acordo com Dias, a partir de 1990 a sociedade em geral começou a se organizar e denunciar essa situação. Os veículos de comunicação passaram a dar mais ênfase às pautas relacionadas à segurança pública em detrimento as matérias cujo conteúdo se baseava em puro sensacionalismo. Entretanto, acredita-se que ainda é preciso avanços para se ter uma cobertura crítica sobre criminalidade e

segurança.

É notório que o aumento da violência trouxe para agenda dos veículos de comunicação as deficiências do Sistema de Segurança Pública. No artigo *Mídia, Violência e Direitos Humanos*, Souza (2009) discute a banalização da violência e as dificuldades enfrentadas pela mídia para abordar a temática.

O aumento da criminalidade violenta, nos últimos anos, trouxe para a agenda social as deficiências das políticas de segurança pública. A mídia, percebendo a importância do momento histórico (e principalmente o poder de vocalização dessa demanda pela classe média – sua maior consumidora) tem aprofundado as discussões sobre a questão, pautando de forma cada vez mais constante a cobertura acerca da violência. (SOUZA, 2009, p. 166).

Para o autor, o fenômeno da violência é muito complexo, existem várias outras questões envolvidas que não podem ser discutidas em uma matéria ou reportagem devido, principalmente, ao curto espaço de tempo destinado para se apresentar a notícia. Nesse sentido, Dias afirma que diversos são os fatores que interferem na produção de uma notícia, que vão desde o posicionamento do jornal, o empenho do jornalista, as pressões do tempo, os constrangimentos organizacionais, as pressões políticas e econômicas, o status das fontes e o contexto cultural e econômico do público-alvo; dentre outros. (DIAS, 2008, p.32).

Outra dificuldade para se abordar o fenômeno da violência e da criminalidade relaciona-se com a produção de dados estatísticos sobre crimes. De acordo com Souza, é desejável que a divulgação e a apuração das informações acerca de estatísticas criminais, por exemplo, sejam rigorosamente avaliadas: quem produz a notícia deve levar em conta a subnotificação de vários tipos de ocorrências; os interesses políticos que envolvem a divulgação das notícias; os vieses – nem sempre evidentes, mas sempre presente –, em análises feitas por operadores e especialistas. Souza (2007) no artigo *Imprensa e insegurança: instituindo novas relações*, completa:

Ademais, a representação da violência pela mídia altera a percepção que temos do fenômeno, pois a cobertura nem sempre é representativa do universo de crimes e sim dos eventos extraordinários e muitas vezes pontuais. Neste contexto, a mídia pode se tornar uma das mais contundentes formas de se propagar e, em até certo ponto, exaltar a violência.

Existe uma tradição muito forte nas redações de que a cobertura dos temas envolvendo violência e Segurança Pública é denominado de “cobertura de polícia”. O jornalismo policial carrega um estigma de ser uma área, mencionada por Souza (2008) de “marginal” que é vista com ressalva por muitos jornalistas, devido ao fato de ser considerada uma editoria pouco nobre e desvalorizada. Desta forma, de acordo com o autor, a “cobertura de polícia” é feita por repórteres em início de carreira ou por veteranos, que não se adaptaram às transformações dos processos de comunicação.

As editorias de polícia continuam sendo, com raríssimas exceções, os berçários e os cemitérios das redações. É preciso que os donos e operadores da mídia compreendam, de vez, que se foi o tempo em que crimes eram “assuntos de polícia”. São fatos que se encaixam na esfera da segurança pública, portanto influenciam a qualidade de vida dos cidadãos e, como tal, merecem tratamento qualificado e tão nobre quanto aos outros assuntos. (MÍDIA e Violência: o papel da imprensa na segurança pública, 2008).

Apesar dos avanços que foram apontados neste capítulo, a cobertura jornalística sobre Segurança Pública e criminalidade ainda recebe um tratamento superficial. Ramos e Paiva (2009) discutem a especialização dos jornalistas na área de segurança como um dos fatores que poderá acarretar na melhoria da qualidade da cobertura sobre o tema.

Se é fácil reconhecer o caminho já percorrido pela imprensa brasileira, também está claro que a cobertura de segurança pública e criminalidade ainda precisa dar um salto de qualidade para se equiparar a de economia e internacional. Isto só será atingido quando os veículos de mídia decidirem investir na formação de jornalistas e em estratégias de qualificação da cobertura deste tema que mobiliza profundamente os leitores do país (RAMOS, 2009, p.26).

São evidentes os progressos da imprensa em relação ao tratamento dado aos assuntos relacionados com a violência e a Segurança Pública, entretanto, ainda são encontradas práticas sensacionalistas na cobertura de eventos que ganharam repercussão nacional, pode-se citar como exemplos, o caso Isabela Nardoni e o seqüestro de Eloá, que é objeto de estudo da presente monografia.

O caso Eloá mostra que a imprensa brasileira ainda continua refém do sensacionalismo, explorando a tragédia humana com o intuito de marcar alguns pontos de audiência e manipular a opinião das pessoas. Para Freizer et al. (2008), no artigo *Uma seqüência de erros*,

a maioria das reportagens do seqüestro de Eloá produzidas por jornalistas tinha claramente interesses comerciais, tirando proveito de uma situação de dor e desespero. As emissoras que mantiveram suas programações quase que inteiramente voltada ao caso contavam com altos índices de audiência, a intuito de informar sem "segundas intenções" foram praticados por poucos.

O papel da imprensa na cobertura da Segurança Pública é primordial para o aprimoramento das políticas públicas nessa área. Conforme Souza, apesar das eventuais limitações, a mídia tem se empenhado no tratamento do tema, o que muito contribui para a melhoria das relações entre os operadores da segurança pública, pesquisadores e os profissionais da comunicação. É importante que a mídia exerça pressão sobre políticos e órgãos públicos, por meio da promoção de debates mais qualificados, trabalhando na veiculação de estudos e propostas de formação de políticas públicas de segurança.

2 ANÁLISE DA ATUAÇÃO POLICIAL NO CASO ELOÁ – O DEBATE COM O GRUPO DE AÇÕES TÁTICAS ESPECIAIS

O segundo capítulo irá ampliar uma discussão sobre a atuação policial no Caso Eloá. Para realizar esse debate, foi feita uma entrevista com o Grupo de Ações Táticas Especiais, GATE de Minas Gerais. Em um primeiro momento, a metodologia utilizada na entrevista seria a de Grupos Focais, entretanto devido às dificuldades enfrentadas, buscou-se trabalhar com um Grupo de Discussão em que foram colocadas seis questões-chave que enfocaram os principais pontos polêmicos da atuação da PM de São Paulo no seqüestro de Eloá.

2.1 Metodologia do Grupo de Discussão

Em um primeiro momento, a técnica de Grupos Focais seria empregada para ampliar a discussão sobre a atuação policial no seqüestro de Eloá. A metodologia de Grupos Focais tinha sido escolhida pelo fato de possibilitar um debate entre os participantes e que estes possam mostrar opiniões diferentes sobre o assunto em pauta. Desta maneira, a técnica proporciona que todos os integrantes do Grupo conheçam e discutam as opiniões levantadas por eles mesmos. Entretanto, devido a algumas dificuldades durante a realização da técnica, optou-se pela metodologia do Grupo de Discussão.

Dentre as dificuldades de se empregar a técnica de Grupos Focais, destaca-se o fato de ter sido realizado apenas um Grupo Focal formado com quatro policiais, pois o tempo para a conclusão da monografia era curto, havia apenas um pesquisador para empregar toda a metodologia de Grupos Focais e também pelo fato do Comando do GATE ter determinado seus policiais mais experientes em resolução de crises para participarem do debate. Outra dificuldade está ligada à escala dos militares do GATE, os mesmos ficam aquartelados e a qualquer momento podem ser empenhados em ocorrências de alta complexidade. Neste caso, o pesquisador precisa contar com a sorte para realizar a entrevista.

Outro problema encontrado para realizar a técnica reside no fato de haver apenas um pesquisador para realizar todas as funções, ou seja, durante a entrevista foram exercidas as atribuições de relator, observador e operador de gravação ao mesmo tempo. A transcrição da discussão do Grupo também foi uma tarefa complicada, pois demanda tempo e muita atenção para transcrever todas as falas na íntegra. Devido às dificuldades enfrentadas, o Grupo de Discussão foi a técnica empregada como metodologia de pesquisa, pois favorece uma discussão mais informal com um grupo limitado de participantes.

Para a realização do Grupo de Discussão, pelo fato da pesquisadora ser policial militar e por questão de hierarquia e disciplina, foi necessária a permissão do Comando do Batalhão onde a mesma está lotada, para fazer a visita ao GATE. Foram entrevistados quatro policiais militares, escolhidos pelo Comando do Grupo de Ações Táticas Especiais. Os entrevistados não eram do mesmo grau hierárquico, havia um tenente, dois sargentos e um cabo. Pelo fato de não serem do mesmo grau hierárquico não houve nenhum tipo de constrangimento ente os integrantes para responder as questões propostas.

Para a preservação da identidade dos militares participantes do Grupo de Discussão, estes foram denominados em entrevistado 1, entrevistado 2, entrevistado 3 e entrevistado 4. Para ilustrar e lembrar como foi executada a ação policial utilizarei um vídeo exibido pelo programa Fantástico, da Rede Globo, em que o instrutor da SWAT, Marcos do Val, comenta como as principais falhas da operação.

2.2 A polêmica com Marcos do Val

O vídeo exibido pelo programa Fantástico apresenta Marcos do Val como instrutor da SWAT americana. Os militares do GATE de Minas Gerais que foram convidados para o debate não concordam com tal denominação de do Val. “Numa situação dessa aí surge a oportunidade de aparecerem pseudo-s especialistas em ações policiais, pseudo-s especialistas em segurança pública, muita gente aproveita disso para vender produtos, serviços ou até mesmo buscar uma

projeção política posterior”, diz o entrevistado 2. Algumas informações sobre do Val estão em www.cati.com.br. Este endereço eletrônico é da empresa de treinamento policial, *International Police Training*, que de acordo com o site, foi fundada por do Val. Ainda segundo o site, do Val foi militar do Exército Brasileiro, servindo no 38º Batalhão de Infantaria. Atualmente é instrutor de imobilizações táticas, de resgate de reféns, de abordagens táticas, de retirada de suspeitos em veículos e de planejamento operacional, para as unidades da SWAT e dos grupos de operações especiais Européias. De acordo com o entrevistado 1 que é professor de Teorias de Polícias,

a gente primeiro tem que desconstruir essa idéia que a SWAT é algo único. Nos EUA existem mais de 40 mil polícias. A SWAT na verdade é uma sigla, um conceito de armas e táticas. E esse cara na verdade não é instrutor da SWAT, ele não tem formação nenhuma nessa área, o que ele tinha era imobilizações táticas. Houve primeiro uma falha da mídia em legitimar uma pessoa que não é legitimada perante a comunidade de operações especiais.

Independentemente do currículo de do Val, é importante destacar que algumas falas dele sobre a atuação policial no seqüestro servem para se discutir as eventuais falhas que não foram só apontadas por ele, mas por outros especialistas em Segurança Pública. Podemos citar como exemplo a entrevista feita pelo Jornal das Dez, da Globo News, em que o ex-secretário nacional de Segurança Pública, José Vicente, e o ex-comandante do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), Rodrigo Pimentel, concordaram que o resultado da operação foi trágico.

“Foi fracassada, disse o ex-comandante do Bope. Não entendo a reinserção da menina. Não existe uma receita de bolo para a negociação, mas existe uma tendência mundial: a não introdução de armas, de bebida alcoólica, não transformar uma ocorrência estática em móvel, não trocar reféns e não introduzir novas pessoas no ambiente”. “A polícia é bem treinada nesse setor. A única coisa que eu reparo, que eu não faria, foi ter permitido que a adolescente se aproximasse para negociação. Foi uma demanda do seqüestrador. Deveriam ter trejeitado. Existe demanda que não se pode aceitar por parte de um criminoso com refém, que são os casos de pedir arma, outro refém, troca de refém, por exemplo. Foi o único erro”. Afirma José Vicente.¹

Em entrevista ao Terra Magazine, Rodrigo Pimentel destaca a falta de micro-câmeras que poderiam ter sido usadas para o monitoramento do interior do cativo.

¹ <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL803726-5605,00.html>

Se o GATE tivesse esse equipamento, não teria feito a opção pela invasão. Porque ia perceber que a porta tinha obstáculos. E aqueles 14 segundos que a equipe policial perdeu na porta foi o tempo para acontecer a tragédia, foi o tempo que o Lindemberg precisou para alvejar as meninas.²

Desta forma, foram elaboradas seis questões-chave para o debate com o Grupo de Ações Táticas Especiais, GATE de Minas Gerais, com o objetivo de compreender se houveram ou não falhas na operação policial.

2.3 O vídeo exibido pelo Programa Fantástico

No vídeo Marcos do Val é apresentado como instrutor da SWAT de Dallas há nove anos.

Reportagem: Famosa na TV e no cinema, a SWAT é um grupo de elite da polícia americana preparado para enfrentar situações de emergência. O brasileiro corre o mundo ensinando técnicas de invasão e combate. Ele já treinou seguranças do Papa no Vaticano e militares que lutaram na guerra do Afeganistão. A convite do Fantástico Marcos assistiu os principais momentos do cerco em Santo André e avaliou a operação. Primeiro erro permitir que a negociação se arrastasse por cinco dias.

Marcos do Val: Numa situação passional como essa quanto mais tempo leva mais inconstante a pessoa fica.

Reportagem: Marcos explica que a SWAT estabelece o prazo máximo de 24 horas para libertar o refém, mas nunca foi preciso esperar tanto.

Marcos do Val: O máximo que a SWAT de Dallas negociou até hoje na história foi nove horas de negociação a partir daí é invasão.

Reportagem: Terça-feira, 10:50 da noite, Nayara é libertada pela primeira vez. Era um acordo de Lindemberg com a polícia, soltar a jovem em troca da volta da energia elétrica.

Marcos do Val: Foi bem feito porque houve essa troca: você me dá a refém que eu ascendo a luz novamente.

Reportagem: Quarta-feira, para o instrutor da SWAT a polícia perdeu uma chance de terminar o seqüestro nesse momento. Eloá lança uma corda improvisada conhecida com Tereza e recolhe o almoço. Reparem que o corpo está inclinado para fora da janela. Lindemberg

²<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3270057EI6578,00%20Pimentel+midia+foi+criminosa+e+irresp>

aparece atrás da ex-namorada.

Marcos do Val: Está é uma oportunidade que a SWAT usaria isso como uma vantagem.

Reportagem: Havia duas possibilidades de ação. A primeira, atiradores de elite poderiam atingir Lindemberg. Uma estratégia descartada pela polícia.

Coronel Eduardo Félix: A nossa opção era esgotar todos os meios da negociação, tentar cansá-lo, pois se tratava de um jovem com uma decepção amorosa.

Reportagem: Diz o instrutor que a SWAT aproveitaria uma situação assim para matar o seqüestrador.

Marcos do Val: Lá pra eles não importa se era um jovem, o que importa é que tem uma vida em risco e colocando vidas de terceiros em risco.

Reportagem: Segunda tática que a SWAT usaria: a triangulação. Dois policiais estariam de tocaia em escadas posicionadas ao lado da janela, fora do ângulo de visão de Lindemberg. O terceiro policial ficaria na janela do andar de cima, pronto para descer de rapel. No momento do ataque, um dos policiais na escada agarraria Eloá e tentaria proteger a cabeça dela. O outro daria cobertura, enquanto o terceiro viria de cima e daria um tiro no seqüestrador. Tudo isso ao mesmo tempo.

Marcos do Val: É o efeito surpresa.

Reportagem: Quinta-feira, Nayara volta ao apartamento.

Marcos do Val: Isso é o maior absurdo dos absurdos. Em nenhum lugar do mundo já existiu uma situação dessas.

Repórter: A entrada da Nayara no apartamento, a volta dela, isso o senhor acha que foi um erro da operação policial?

Coronel Eduardo Félix, comandante do Batalhão de Choque: Não, não foi.

Reportagem: Segundo a polícia, Nayara teria se oferecido para ajudar na negociação com permissão da mãe, mas ninguém esperava que a jovem entrasse de novo no apartamento.

Marcos do Val: Teria que ter um policial com um escudo balístico na frente, ela do lado, um policial segurando ela para se aproximar, para falar, se for o caso recuar, mas não deixa-la sozinha andando e abrindo a porta. O seqüestrador se sentiu poderoso nessa hora, porque teve a refém de volta. Então foi um erro gravíssimo e eu sinto vergonha de ser brasileiro e saber que a polícia brasileira fez isso.

Reportagem: Sexta-feira, o dia da invasão. Marcos acha que os policiais usaram uma carga excessiva de explosivos que não contaram com a possibilidade da haver obstáculos atrás da porta, isso atrasou a entrada da equipe.

Marcos do Val: Deu tempo do seqüestrador pegar a arma para fazer o disparo pra onde ele quisesse.

Reportagem: Outro erro: não entrar simultaneamente pela frente, janela e fundos com o uso de bombas de luz e som que deixariam o seqüestrador desnortado.

Marcos do Val: É para dar aquela sensação de desespero para o seqüestrador, da onde está vindo a polícia.

Reportagem: Veja o policial na escada, além de estar atrasado, a explosão já havia acontecido, ele demora muito para subir.

Marcos do Val: O que deveria ter sido feito. A gente vê outros policiais aqui. Esse policial, por exemplo, ele viria correndo com a escada, pararia na parede de costas, colocaria a escada como se fosse uma grade para ele. Já posicionada o outro viria correndo já subindo, ao mesmo tempo.

Reportagem: As imagens mostram que a polícia teve dificuldade para conter Lindemberg. A SWAT usa uma técnica que leva menos de um segundo para imobilizar o agressor.

Marcos do Val: Num piscar de olhos ele já está imobilizado e algemado no chão.

Reportagem: Marcos também viu falhas graves no socorro às vítimas. Reparem que o médico, sozinho, luta para atravessar o tumulto. Os policiais pisam em Lindemberg. O caminho deveria estar livre para a equipe de socorro médico com macas. Eloá é carregada pelo colo de um policial, procedimento que Marcos julgou incorreto. E o pior, a cabeça ferida da jovem esbarra no corpo do médico, o jaleco dele fica manchado de sangue.

Marcos do Val: E depois que ele volta então para socorrê-la.

Reportagem: O desfecho foi trágico.

Flávio de Pierre, Comandante do GATE: Nós usamos todas as técnicas para evitar o que ocorreu.

Coronel Eduardo Félix: Se nós tivéssemos atingido o Lindemberg com um tiro de comprometimento, fatalmente os senhores estariam questionando o GATE, porque que não negociaram mais.

Policial: Pode ter certeza que nós estamos aprendendo muito com esse resultado e vai nos servir...

2.4 Análise da atuação policial no seqüestro de Eloá

Foram discutidas, com o Grupo de Discussão, sete polêmicas relacionadas à atuação policial no seqüestro de Eloá. A primeira a ser discutida é uma das alternativas táticas usadas no processo de gerenciamento de crises, o sniper ou atirador de elite. A segunda abordagem também foi uma das ações da polícia que mais recebeu críticas por parte de especialistas em Segurança Pública, o retorno de Nayara ao cativo. Foi levantada a questão do isolamento do local no que se refere ao corte de energia elétrica para isolar vítima ou refém e seqüestrador de qualquer contato com o mundo exterior. A quarta polêmica está ligada à invasão do cativo, principalmente na dificuldade que a PM encontrou para entrar no apartamento. A quinta polêmica está diretamente relacionada à sexta polêmica, falta de equipamentos como, por exemplo, micro-câmeras que auxiliariam no monitoramento interno do cativo. A sexta discussão foi a concessão da PM para com o seqüestrador, que conseguiu a volta da energia elétrica do apartamento. E a última polêmica a ser enfocada com o Grupo foi a cobertura da mídia no Caso Eloá.

"No mundo inteiro é comum o uso de atiradores de elite, mas o Brasil ainda é um país emocional na área de segurança pública."³ (Ricardo Balestreri, sobre a atuação da PM de São Paulo). Essa frase dita pelo então secretário Nacional de Segurança Pública fomentou, na época do seqüestro, uma discussão sobre o uso do atirador de elite como forma de preservar as vidas de Eloá e Nayara, além de acabar com toda a angústia do cárcere privado.

Como foi exposto anteriormente, a utilização do sniper é uma das quatro alternativas táticas utilizadas no processo de gerenciamento de crises. Entretanto, como preceitua a própria doutrina "a decisão de um gerente de crises em fazer o uso de tal alternativa tática é de grande responsabilidade e deve ser efetuada, quando todas as outras forem inadequadas e quando o cenário para tal fato seja favorável". (GERENCIAMENTO de Crises, 2008, p.25). A preservação da vida e a aplicação da lei são os pilares que sustentam a doutrina de Gerenciamento de Crises. "Esses objetivos seguem uma hierarquia rigorosa quanto ao seu grau de importância e prioridade, isto quer dizer que a preservação de vidas deve estar, para os responsáveis pelo gerenciamento de uma crise, acima da própria aplicação da lei."

³ <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI3270264-EI12424,00.html>

(DIREITOS Humanos e as ocorrências com reféns, 2007).⁴

A nossa Constituição Federal assegura a vida como bem mais precioso à pessoa humana, merecendo lugar de destaque entre os direitos a serem protegidos, tanto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, como por outras lei. No caso Eloá foi notório o esforço dos policiais na proteção da vida dos envolvidos na ocorrência. "Desde o início, como se tratava de um rapaz sofrendo de crise amorosa por uma adolescente de 15 anos, a política do Gate foi a preservação da vida e a negociação. Foi descartada uma ação, a não ser que Lindemberg provocasse um tiro de comprometimento".⁵

De acordo com os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo⁶, o uso da arma de fogo é considerado medida extrema e deve ser colocado em prática quando outros meios disponíveis se mostrarem ineficazes ou não permitirem alcançar o resultado pretendido. A negociação no Caso Eloá foi a alternativa tática usada para se conseguir um desfecho favorável. Um dos questionamentos levantados ao Grupo de Discussão do GATE de Minas Gerais foi exatamente o fator negociação. No vídeo exibido para o grupo o instrutor Marco do Val afirma que a SWAT trabalha com no máximo 24 horas de negociação. Para ele 9 horas de negociação já são suficientes para que ocorra a invasão tática. Os entrevistados não concordaram com a afirmativa de do Val. Para o entrevistado 1, em determinadas situações quanto mais tempo durarem as negociações, melhor será o resultado. E o fator que determinará o avanço para outra alternativa tática será o comportamento tanto do seqüestrador, quanto da vítima.

“Em princípio, não tem essa questão de horas definidas, tem é uma leitura da situação, como ela está desenvolvendo, como as negociações estão ocorrendo em virtude dos dados fornecidos pela Inteligência, pela coleta de dados do próprio Time Tático ou do Sniper.

Eu posso negociar uma ou duas horas e passar para uma outra alternativa tática, o que vai me dizer isso é o comportamento do perpetrador do incidente crítico, bem como das pessoas que foram tomadas como refém. É todo um contexto de análise que vai possibilitar se eu avanço uma alternativa.”

O Manual de Gestão das Operações enfatiza que o sniper é uma alternativa que está ligada

⁴ <http://www2.forumseguranca.org.br/node/21957>

⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u457690.shtml>

⁶ Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Infratores, Havana 27 de agosto a 7 de setembro de 1990.

com o tiro de precisão que poderá se um tiro tático para, por exemplo, retirar a arma da mão do infrator ou um tiro letal de comprometimento para libertar o refém/ vítima ou também para possibilitar a invasão tática. Foi levantada, para o Grupo de Discussão, a possibilidade do GATE de São Paulo ter usado o atirador de elite com a finalidade de um tiro tático, ou seja, em uma de suas aparições na janela do apartamento, Lindemberg estava com a arma apontada para Eloá, que servia de escudo para o seqüestrador. O tiro tático acertaria a arma que estava com Lindemberg e neste instante seria feita a invasão tática. Para o entrevistado 3, o cenário do cativado não proporcionaria o tiro tático, pois se tratava de ambiente confinado e não daria a oportunidade da equipe chegar com a propriedade de segurança para a vítima. Ainda de acordo com o entrevistado, o tiro seria de comprometimento, ou seja, letal. “Mas naquele caso (Eloá) por não permitir essa agilidade, a eficiência da equipe de invasão em tempo real do tiro de sniper para a retirada da vítima, o tiro teria de ser letal.” O entrevistado 4 enfatiza que o tiro tático em armas é arriscado “Foram feitos vários testes com vários calibres, várias armas, em diversas situações em que mesmo após a arma ser atingida, o funcionamento não teve nada.. Nem sempre se você efetuar um disparo em uma arma, vai fazer com ela deixe de funcionar perfeitamente.” O entrevistado 4 certifica que em nossa legislação não há impedimento sobre o uso do sniper. “Juridicamente não tem problema nenhum, nada que impeça o uso do sniper, então tem uma série de fatores que vai viabilizar ou não essa atividade.”

De acordo com os entrevistados, para se utilizar o atirador de elite com finalidade de um tiro de comprometimento é preciso construir uma legitimidade para com a sociedade e também para com a mídia. “Tem que construir perante a comunidade e os meios de comunicação gradualmente esse consentimento. Se precisar a gente usa, igual usou lá em Sabará, o uso da força letal, mas ela tem que ser construída, ser legitimada”, diz o entrevistado 1. Para o entrevistado 2, a PM contaria com o apoio da mídia para construir essa legitimidade. A função da imprensa seria a veiculação de matérias que tiveram um desenrolar favorável à Segurança Pública.

Então, por exemplo, naquele teatro de operações ali ao invés de ter começado a entrevistar pseudo-s especialistas se ela (mídia) tivesse feito uma recondução de matérias que antecederam aquela ali, mas de sucesso para a Segurança Pública, para a segurança dos reféns, de repente a gente teria uma aceitabilidade muito maior... Aquela sucessão de matérias de cunho positivo, eu acho que nos traria uma aceitabilidade maior para a ação, mas como o objetivo é ganhar audiência, horas transmitidas, fica mais complicado.

O entrevistado 3 acredita que no caso Eloá a PM de São Paulo estaria legitimada para o uso do tiro letal, pois foram cinco dias de seqüestro. “Se efetivamente a equipe tática tivesse entrado e matado o tomador de refém, a polícia militar hoje estaria legitimada, porque foram 100 horas de negociação, foi a agonia nacional e até mesmo internacional”, diz o entrevistado 3. No entanto, em entrevista coletiva sobre o caso Eloá, o comandante da Tropa de Choque, Coronel Eduardo Félix, que também estava no local da ocorrência afirma que se Lindemberg fosse alvejado, a PM receberia várias críticas, pois se tratava de um jovem em crise amorosa.

"Nós poderíamos ter dado o tiro de comprometimento. Mas era um garoto de 22 anos, sem antecedentes criminais e uma crise amorosa. Se nos tivéssemos atingido com um tiro de comprometimento, fatalmente estariam questionando por que o Gate não negociou mais, por que deram um tiro em jovem de 22 anos de idade em uma crise amorosa, fazendo algo em determinado momento em que se arrependeria para o resto da vida".⁷

O retorno de Nayara ao cativeteiro foi uma das ações da polícia que receberam mais críticas por parte de especialistas em Segurança Pública. A adolescente supostamente auxiliaria nas negociações. De acordo com o ex-secretário de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, Coronel Jorge da Silva, Nayara não teria condições psicológicas de participar nas negociações.

"Foi um erro crasso. Contraria todas as normas relativas a esse tipo de ação das organizações de operações especiais. Você trabalha com alguns princípios. Negocia, mas algumas coisas são inegociáveis. A volta de uma pessoa que já foi liberada e principalmente se tratando de uma menina de 15 anos, isso é inegociável. Eles não podiam ter deixado voltar. Não existe a possibilidade de ela entrar na negociação. A adolescente não tem discernimento suficiente para participar de negociação alguma com essa idade."⁸

Campos (2008) narra a missão que Nayara recebera dos policiais. Segundo orientações da PM, a adolescente não deveria se aproximar muito da porta do apartamento onde estavam Lindemberg e Eloá. O seqüestrador pediu que Nayara levasse consigo um aparelho celular. Nayara se aproxima cada vez mais do apartamento. Lindemberg pede para adolescente segurar as mãos de Eloá e entrar novamente do cativeteiro.

Liso insiste e pede para que a menina se aproxime e estique um dos braços para que Eloá possa segura-lo... Ele dá mais uma ordem. Nayara tem que segurar uma das

⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u457749.shtml>

⁸ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u457608.shtml>

mãos de Eloá e entrar no cativeiro... “Para ludibriar a menina, Liso afirma que depositará a arma em um dos quartos para que todos saiam do local juntos.” (CAMPOS, 2008, p.58).

Os entrevistados também concordam que foi um erro a volta de Nayara ao cativeiro. “Foi uma falha da própria equipe permitir a aproximação, no máximo contato telefônico e mais nada”, diz o entrevistado 3. A utilização de auxiliares, que são denominados de terceiros, é uma prática utilizada nas negociações com o objetivo de convencer o agente provocador do incidente crítico a desistir de sua ação. De acordo com o entrevistado 1, o emprego de terceiros é bem criterioso, é uma técnica, uma metodologia para o emprego dessa pessoa. Primeiramente, a equipe de Inteligência checa a viabilidade da utilização dessa técnica. Caso o terceiro seja empregado, o mesmo será orientado sobre o que falar. “Se houver a aproximação terceiros, de auxiliares, de pessoas da família, de diversos, ele vai orientado, protegido, ele vai até certo limite, ele não perpassa nenhum limite de segurança ou desobediência da nossa função naquele local”, diz o entrevistado 3. Ainda segundo o entrevistado 3, Nayara deveria ter sido protegida por um escudo balístico por questões de segurança.

A única frase correta que esse Marco do Val usou é a única situação que se deveria ter um escudo a frente. Nenhum contato visual eu acredito que seria permitido por uma questão propriamente de segurança, porque tratava-se de arma de fogo, o objeto lá que foi utilizado para o crime.

A invasão do cativeiro pelo GATE foi uma das ações da PM que também gerou uma grande polêmica, principalmente em relação à entrada dos policiais no cativeiro, que demorou alguns minutos para o salvamento das reféns. No vídeo que serviu de referência para o Grupo de Discussão visualizar e relembrar algumas cenas da invasão do cativeiro, Marcos do Val comenta que foi utilizado uma carga excessiva de explosivos para se desobstruir a porta do apartamento. Para o entrevistado 1, os policiais usaram uma carga de explosivos dentro de uma realidade, ou seja, uma apartamento de um conjunto habitacional e além disso eles não tinham a informação se a porta estava barricada com alguns objetos.

Eles tinham a informação que essa porta não estaria barricada, ela não estando barricada, simplesmente eu corto e entro. Agora quando você tem uma porta barricada eu utilizo uma outra carga que é a hidracolt, que é uma carga com água... vou montar a carga d'água e essa água vai o que, empurrar... num ambiente pequeno eu posso lesionar gravemente e até ferir, matar, levar a óbito as pessoas que estão lá dentro... o uso de explosivos é muito criterioso.

Em entrevista coletiva logo após o fim do seqüestro a PM de São Paulo falou sobre a dificuldade para se entrar no apartamento. Segundo reportagem do jornal eletrônico Folha Online, a PM informou que sabia da possibilidade de Lindemberg ter bloqueado a porta com algum móvel, mas que os explosivos foram montados atrás da porta desde o começo da operação como um estratégia para ser usada quando necessária e que a situação teria sido outra se não houvesse uma mesa e um rack de vidro em frente à porta que prejudicaram a entrada dos policiais.⁹

A falta de equipamentos como micro-câmeras para a obtenção de imagens do interior do cativo foi um dos pontos observados pelo entrevistado 3. Para ele, essas imagens ajudariam a PM ter uma melhor visualização do local, do posicionamento dos reféns e do seqüestrador.

O time de gerenciamento de crises, inclusive São Paulo para gente tem uma referencia muito boa em termos dessa tecnologia. São Paulo traz muita inovação quando a gente pega a questão de equipamentos. Deveria ter sido, e a gente trabalha aqui dessa forma, aliado a equipe tática e o time de gerenciamento de crises para obter imagens do interior, colocar micro-câmeras, tentar mapear todos os pontos, usar luneta pra visualizar o máximo de imagens que a gente tem e a questão do planejamento, pega alguém que mora no ambiente, porque lá é um conjunto habitacional, o uso do explosivo deveria jogar as paredes no chão porque é uma construção muito frágil, a gente vê pela própria estrutura, estudando a questão do cenário era muito fragilizado até uma quantidade de explosivos poderia jogar as paredes no chão, comprometer a estrutura toda do prédio.

O “reizinho” foi assim que o Comandante do GATE, Coronel Eduardo Félix, descreveu Lindemberg com base em suas atitudes durante o seqüestro. “Ele está se sentindo um reizinho. Vai se entregar quando quiser.” Um dos questionamentos levantados para a discussão com o Grupo de Discussão foi algumas concessões da PM como, por exemplo, a volta da energia elétrica do cativo. Campos conta que, em certo dia, Lindemberg efetuara dois disparos de arma de fogo em direção aos policiais e à imprensa. Em represália ao disparo, o comando das negociações decide interromper o fornecimento de energia elétrica do apartamento onde estão o jovem e as duas adolescentes. Depois de alguns minutos, Eloá liga para o celular de sua mãe, a pedido de Lindemberg, para que a mesma reivindicasse junto ao

⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u457749.shtml>

comando das negociações que a energia elétrica fosse restabelecida. Com o cair da noite, o seqüestrador decide interromper a comunicação com a polícia e diz que voltará a se comunicar no dia seguinte. O tempo passa e Lindemberg não atende as ligações do negociador. Por volta das nove e meia da noite do outro dia, o seqüestrador atende uma das ligações e diz que só voltaria às negociações se a eletricidade fosse restabelecida. Seu pedido é atendido.

Foi discutido com Grupo até que ponto essa concessão, volta da energia elétrica, deixou Lindemberg se sentir o “dono da situação”, um “reizinho”. Para o entrevistado 1, toda e qualquer concessão deve vir com algo em troca, é o efeito da barganha, você tem que trabalhar essa questão da barganha. Um dos princípios é cortar o contato dele com o meio exterior.

O isolamento do local, como já foi abordado pela doutrina de Gerenciamento de Crises, é uma das medidas iniciais que a polícia deve realizar com o intuito de auxiliar no desfecho favorável da operação. O isolamento é uma ação que visa cercear qualquer tipo de contato da vítima ou refém e do seqüestrador com o exterior. ”Recomenda-se o corte de energia elétrica, linha telefônica, sistema de abastecimento de água, gás e qualquer outro meio de independência por parte dos causadores.” (GERENCIAMENTO de Crises, 2008, p.19). Somente a polícia é o canal de interlocução com o infrator e a vítima. No caso Eloá, o seqüestrador acompanhava todas as informações pela televisão e um fator complicador das negociações foram os contatos telefônicos que alguns veículos de comunicação fizeram com Lindemberg. Para o entrevistado 3, a imprensa tem o direito de informar e monitorar as ações policiais, entretanto deve respeitar o que compete a polícia fazer diante de ocorrências complexas.

Então na nossa percepção só da imprensa acompanhar e gravar, relatando sem tentar especular de mais, já houve casos de ocorrência em que o repórter fura o cerco, ele fura aquele perímetro e tenta fazer o contato e pode até ser pego de refém, justamente para trazer uma novidade a mais. Essa questão de venda que é muito presente, eu acho que é até uma questão de sobrevivência da própria imprensa, mas é uma situação que é bastante difícil para nós. Na minha percepção eu vejo que se ela acompanhar, se ela se pautar em divulgar o que lhe é dado, de respeitar essa questão da atuação para a segurança de todos, se ela não entender isso, eu acho que é um erro muito grande.

Segundo o entrevistado 4, um dos fatores complicadores desse tipo de ocorrência é a própria imprensa, principalmente pelo fato do furo jornalístico. “Ela (imprensa) quer dar a cobertura ao vivo, quer saber do que está acontecendo e num caso desse aí se ela trabalhasse juntamente com a polícia, ela facilitaria nosso trabalho.” De acordo com o entrevistado 2, a imprensa poderia auxiliar a PM mantendo um banco de dados com reportagens sobre ocorrências de seqüestros com reféns, em que houve êxito na ação da polícia

Se a imprensa, se as emissoras elas tem um banco de dados, o que seria esses bancos de dados, reportagens envolvendo essas ocorrências de tomada de reféns, se no momento que está acontecendo a ocorrência ela começa a usar essas matérias como um instrumento desestimulador ao tomador de refém é mais um braço a favor da Polícia Militar. Se ao contrário do jornalista ficar aqui especulando sem conhecimento, esbravejando igual a gente vê o Datena: tem que entrar, tem que fazer, isso é um absurdo! Mas se a imprensa divide tela aqui, por exemplo, ao vivo, mas aconteceu essa situação assim, assim, assim, o agente se rendeu nessa, o agente se rendeu naquela. De uma forma subliminar a imprensa pode ajudar no sucesso da operação.

As ações da PM no Caso Eloá foram constantemente monitoradas pelas câmeras das emissoras de televisão. Esse fato leva a uma reflexão sobre a influência da mídia em relação às decisões tomadas pela equipe que gerenciava a crise. Além do clima tenso característico de ocorrências de alta complexidade, os policiais que se encontravam naquele teatro de operações certamente se sentiram pressionados pela mídia, pela opinião pública. Os policiais que gerenciam crises por mais experientes e preparados que sejam passam por inúmeras pressões e cobranças tanto internas quanto externas. Desta maneira, essa pressão externa, representada principalmente pela mídia, reflete nas decisões que o comando poderia ou queria empregar durante o seqüestro.

A tragédia de Eloá alcançou grande repercussão na mídia nacional e até mesmo internacional. Com o prolongamento do caso a imprensa brasileira voltou sua atenção ao seqüestro. Alguns veículos de comunicação como a Rede TV, a Rede Globo e o jornal eletrônico Folha Online conseguiram realizar entrevistas “exclusivas” com o seqüestrador Lindenberg, o que abriu espaço para uma série de reflexões sobre o papel da mídia na cobertura de Segurança Pública. No próximo capítulo será ampliada a discussão sobre a cobertura da mídia no Caso Eloá.

3 A COBERTURA DA MÍDIA NO CASO ELOÁ

O capítulo 3 aborda o sensacionalismo da imprensa no Caso Eloá, tomando como base duas entrevistas feitas pelo Programa A Tarde é Sua com o seqüestrador. Para demonstrar a gravidade do teor das entrevistas é apresentada, neste capítulo, uma Ação Civil Pública do Ministério Público de São Paulo contra a emissora de televisão responsável pela veiculação das entrevistas.

3.1 Do direito à informação ao sensacionalismo no Caso Eloá

O direito à informação é um dos pilares do Estado Democrático de Direito e peça indispensável à consolidação da cidadania. Ele compreende direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação. Para discutir o sensacionalismo no seqüestro de Eloá será necessário conhecer alguns artigos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros¹⁰ que, de acordo com Jacob (2009), podem ser aplicáveis ao Caso:

Artigo 1º - O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu o direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

Artigo 2º - Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

Artigo 3º - O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao presente Código de Ética.

Artigo 6º - É dever do jornalista:

¹⁰ www.fenaj.org.br/.../cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf

VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão;

XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias;

Artigo 7º - O jornalista não pode:

IV - expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação, mesmo que parcial, pela voz, traços físicos, indicação de locais de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais;

V - usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime;

Artigo 10 - A opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade.

Artigo 11 - O jornalista não pode divulgar informações:

II - de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes;

A imprensa no Caso Eolá foi duramente criticada por expor exaustivamente o drama da adolescente no cativado. Segundo informações do Folha Online, a coluna Outro Canal assinada por Daniel Castro, no caderno Ilustrada da Folha de São Paulo afirma que as redes de TV aumentaram seus índices de audiência com o Caso Eloá. “A coluna de Castro informa que o total de televisores ligados na Grande São Paulo no fim de semana foi de 15% maior do que no anterior. No sábado, a média de televisores foi de 46%, a maior dos últimos dois meses”.¹¹

No Capítulo 1 foram discutidas as dificuldades da imprensa em abordar temas relacionados à violência, devido a mesma ser considerada um fenômeno complexo. Houve avanços na cobertura de Segurança Pública, entretanto, existem resquícios de práticas sensacionalistas em muitas notícias divulgadas pela imprensa e o Caso Eloá é um exemplo disso. Bonfim (2008) faz uma crítica à atuação da imprensa na cobertura da tragédia de Eloá. De acordo com ele, as mídias para venderem sua novela, recheavam os capítulos de detalhes, um seleto grupo de profissionais "habilitados e gabaritados" passou a dar entrevistas: advogados, especialistas em segurança, psiquiatras, criminalistas, psicólogos foram traçando o perfil psicológico, social, amoroso e todos os possíveis, imagináveis e impossíveis do rapaz, agora marginal.

¹¹ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u458381.shtml>

Daquele momento em diante, todos eram "negociadores", especialistas em seqüestro e resgate, desde os entrevistados até os apresentadores, passando por pastores evangélicos, advogados e toda sorte de gente querendo aparecer e "vender seu peixe". Passaram a falar com o rapaz/delinqüente usando a televisão como mídia (meio). Como se estivéssemos no MSN, on line, vários comentaristas de segurança (novo verbete, o mesmo que repórter policial) começaram dizer: "Este rapaz está fazendo um passeio pelo Código Penal", enquanto outros, usurpando a função dos juízes, estimavam a pena em 28, 30, 40 anos.¹²

Hoineff (2008), no artigo *Quem matou Eloá*, afirma que a mídia, motivada pela cobiça e pelo lucro da audiência, contribuiu ativamente para o desfecho trágico, ela tinha inúmeros antecedentes. A imprensa deu tanta ênfase ao Caso que conseguiu transformar Lindemberg em uma rápida celebridade midiática.

A má televisão não hesitou um segundo em transformar um obscuro namorado abandonado de 22 anos numa celebridade instantânea, como se fosse um *reality show* com direitos gratuitos. A morte de uma menina e a destruição de famílias foram corolários espetaculares desse sucesso.¹³

3.2 As entrevistas do Seqüestrador

No dia 15 de outubro de 2008, a apresentadora do Programa A Tarde É Sua, da Rede TV, Sônia Abrão, entrevistou ao vivo o seqüestrador Lindemberg Fernandes. Abrão foi a primeira jornalista a conversar ao vivo com o seqüestrador pelo telefone. O repórter Luiz Guerra, do programa de Sônia, gravou uma conversa com Lindemberg, que foi exibida antes da entrevista ao vivo.¹⁴

Luiz Guerra: Quem fala?

Lindemberg: Lindemberg.

Lindemberg: Quem é?

Luiz Guerra: É um amigo da família, está tudo bem?

¹² <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=509FDS009>

¹³ <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=508JDB002>

¹⁴ Entrevistas extraídas do livro *A tragédia de Eloá: uma sucessão de erros*, de Márcio Campos.

Lindemberg: Quem é?

Luiz Guerra: Na verdade, sou o Luiz Guerra, repórter da Sônia Abrão, está tudo bem com você? Tudo bem, “bicho”?

Lindemberg: Vocês estão ao vivo?

Luiz Guerra: Não só conversando

Lindemberg: É o seguinte, se você estivesse ao vivo, veria o sinal positivo.

Luiz Guerra: Eu só quero te ajudar, o capitão garante a tua integridade.

Lindemberg: Vocês estão ao vivo?

Luiz Guerra: Não, estamos gravando e vai ser exibido tudo que você falar. Como está a situação, você e ela?

Lindemberg: Ela está me enrolando, não quero mais nada com ela.

O repórter pergunta sobre Nayara, que havia sido libertada na noite anterior.

Lindemberg: Ela deve ter falado como foi tudo aqui. Não faltou comida, bebida, deixei ela tomar banho, deixei tudo.

Luiz Guerra: Mas o que aconteceu, o que foi?

Lindemberg: Foi desespero!

Luiz Guerra: E o que você está pensando neste momento?

Lindemberg: Estou sem sentimento nenhum, estou frio para caralho.

O repórter pede, então, para falar com Eloá.

Lindemberg: Ta bem! Aí... ela vai falar.

Luiz Guerra: Eloá?

Eloá: Alô! Quem está falando?

Luiz Guerra: Tudo bem com você?

Eloá: Está tudo tranquilo, eu quero almoçar, estou fraca.

Luiz Guerra: Mas como está tudo aí, como ele está te tratando?

Eloá: Está me tratando bem.

Luiz Guerra: Então confia nele. Quer mandar um recado para sua mãe?

Eloá: Queria saber como estão meus familiares. Queria mandar um beijo para eles. Queria falar com minha mãe que eu a amo, meu pai também, eu o amo, tenho certeza que Deus não vai deixar assim.

Lindemberg retira o telefone de Eloá.

Lindemberg: Como você conseguiu o telefone daqui?

Luiz Guerra: Ah! A gente conseguiu.

Lindemberg: Não me deixa nervoso, não!

Luiz Guerra: A gente conseguiu com alguns parentes seus mesmo.

Lindemberg: Você é repórter mesmo? Quero saber se você é mesmo?

O jornalista consegue convencê-lo e Lindemberg ameaça a polícia.

Lindemberg: Fala para o policial não fazer o que ele fez. Eu pedi para ninguém subir aqui e ele subiu. Eu estava dormindo, ele tocou a companhia e levei um susto, quase atirei nela.

Lindemberg relembra do caso do ônibus 174, no Rio de Janeiro.

Lindemberg: Você viu o que aconteceu no seqüestro do ônibus do Rio de Janeiro? O policial foi pagar de bonitinho, tornou as coisas precipitadas e o cara atirou nela. É isso o que você quer? Para não acontecer o que aconteceu na Avenida Brasil, no Rio, ninguém tem que se aproximar do prédio. Se invadissem, agora ela estaria morta.

Lindemberg ao mesmo tempo em que diz que poderia matar Eloá, também se mostra preocupado com a jovem.

Lindemberg: Por enquanto eu estou pensando nela. Ela quer almoçar. Ela está fraca. Depois que ela almoçar, eu pretendo libertar. Mas acontece que esse capitão que assumiu está fazendo besteira... Apagou a luz aí... Ele está pensando que eu liberei a Nayara porque ele acendeu a luz e não foi.

O repórter pergunta por que Lindemberg efetuou disparos de arma de fogo.

Lindemberg: É para todo mundo ficar ciente que eu estou com um saco cheio de bala aqui! O policial tentou chegar perto, aí eu atirei nele.

Luiz Guerra: Mas então por que você não sai numa boa?

Lindemberg: Esse é o meu pensamento, eu quero sair numa boa. Mas quando eu tiver determinado. É com a polícia que eu quero.

Luiz Guerra: Você quer a minha presença

Lindemberg: Não! Tem uma pá de imprensa aqui, minha família, meu advogado.

O seqüestrador volta a ameaçar a polícia.

Lindemberg: Olha, dentro da casa tem um monte de besteira, dá pra viver um mês aqui. Essas besteiras ela não come. Para mim está normal. Só que ela vai passar mal, e se passar mal vai ficar ruim para todo mundo!

Depois de reprisar a entrevista do repórter Luiz Guerra, a apresentadora Sônia Abrão conversa ao vivo com o seqüestrador, às 15 horas e 30 minutos.

Sônia: Ele está querendo falar ao vivo com a gente! Você continua calmo, disposto a liberar Eloá?

Lindemberg: Assim, eu estava com esse pensamento ontem. Liguei para o pai de Nayara, porque às dez da manhã ela me emocionou. Porque na vida dela até os quinze anos, o pai não esteve presente. Então eu peguei, liguei para o pai dela, falei que ia liberar a Nayara porque eu também passei pela mesma situação. Minha mãe foi mãe e pai para mim. Não cresci com meu pai e estava na hora de o pai dela fazer tudo diferente. Nem senti falta porque a minha mãe nunca deixou faltar nada para mim.

O seqüestrador comenta o que Nayara havia lhe dito:

Lindemberg: Ela disse, “meu pai esperou essa situação, eu estava entre a vida e a morte, para se preocupar comigo”. Aquilo me tocou e eu disse para ela “eu vou te liberar, vou dar uma chance para o seu pai; pai tem que dar carinho”.

Sônia: Mas Eloá não te tocou na hora em que falou com os pais por telefone na entrevista do Guerra? Vamos terminar isso numa boa, você nunca foi do mal!

Lindemberg: Eu estava com quatro pessoas, liberei uma, liberei outra e depois mais uma.

Sônia: Libera a Eloá, libera você. Faz isso vai!

Lindemberg: Tem duas vidas aqui dentro que dependem de dois lados, de mim e do comandante que tem a voz lá em baixo. O comandante, o capitão, falei para ele não se aproximar, ele pegou apertou a companhia e me assustei quase atirei na menina. Ele ia fazer merda, meu.

Sônia: Ele não ia invadir. Ia tentar conversar com você mais de perto.

Lindemberg: A senhora viu a merda que deu no Rio de Janeiro. Se eles invadirem eu vou atirar nela.

Sônia: Mas isso não vai acontecer. Você acha que eles vão querer provocar uma morte aí dentro?

A ligação é interrompida. Cai a linha e em alguns segundos Lindemberg já está no ar novamente.

Sônia: Estou te ouvindo. Então fala uma coisa, o que falta para colocar um ponto final bom nessa história?

Lindemberg: Não quero nada de gracinha do comandante, se ele fizer merda, vai acabar com duas vidas aqui dentro.

Sônia: Como faz para ele se comunicar?

Lindemberg: Toda vez que ele apaga a energia, não tem como se comunicar com ninguém. Toda a vez que liga, eu atendo e converso com eles. Exatamente as duas partes estavam dispostas a negociar, ele deu a palavra dele e subiu e tocou a campainha. Não estou mais

confiando na palavra desse comandante.

Sônia: Dá uma chance!

Lindemberg: Tô com intenções boas para negociar, para sair, eu e ela, daqui, só que não pode ter gracinha. Eu não estou com medo. Antes de entrar aqui já sabia o que ia passar. Eu assisti o caso da Avenida Brasil e sabia que eles iam invadir e eu ia fazer uma merda.

Sônia: Mas porque você invadiu o apartamento? O que você busca com essa história?

Lindemberg: Queria acertar as contas com ela, tentei sentar com ela na boa e ela sempre virava as costas para mim. Ela não queria me ouvir, então tive que usar a força para ela me ouvir. A Nayara está de testemunha que não deu tempo, a Eloá não coopera. Ela estava nervosa e fez besteira de tomar o revólver da minha mão. O revólver disparou aqui dentro do apartamento.

O seqüestrador mais uma vez ameaça.

Lindemberg: Se tentar eu vou atirar. Sou eu e ela. Essa conversa eu já tive com ela. Antes de a senhora me ligar, eu estava desenrolando tudo o que estava acontecendo, mas no decorrer dessa conversa um ou outro perde a paciência e fica exausto e fica difícil. Quero que ela me passe confiança do jeito que a Nayara me passou. Negócio com quem for aí fora para ela sair viva.

Lindemberg: Não estou com a intenção de matá-la.

Novamente a ligação cai. Ao retornar a ligação o seqüestrador confirma o que havia dito antes da queda da ligação.

Lindemberg: Acredite quem quiser, eu não estou pensando na minha vida, estou pensando na vida dela. Ficamos juntos dois anos e sete meses. Muita gente da imprensa inventa muita coisa. Falaram que eu bati na Nayara, pode ligar para o pai dela, eu não bati nela não.

Sônia: Você tem comido, dormido?

Lindemberg: Tem comida para passar um mês, só tem besteira, mas eu me viro aqui, ela não come porque passa mal e começa a vomitar.

Sônia: E você tem dormido?

Lindemberg: Estou bem. Inteirão, dormindo de boa.

O seqüestrador mostra-se preocupado com a família.

Lindemberg: Eu quero notícia da minha mãe. Queria aproveitar que está ao vivo e deixar bem claro: mãe vai tudo acontecer da melhor maneira possível, a Eloá vai sair daqui, eu vou sair daqui e vai ficar tudo bem. Mas depende do comandante lá em baixo não fazer brincadeira, não fazer palhaçada. Eu sei como são os caras, são inteligentes, são preparados, eu estou com medo. Eu não confio na polícia. Uma pessoa está na situação que eu estou: armado, cochilando, tocam na campainha, podia ter um desfecho trágico. Só quero deixar minha mãe e minhas irmãs

confortáveis, que vai ficar tranqüilo, vai acontecer a melhor coisa. Na melhor hora, o melhor momento, não vai ser por força, cobrança, que eu vou libertar a Eloá. Vou colocar a Eloá na linha para deixar claro em rede nacional que ela está bem.

Eloá: Alô!

Sônia: Você já almoçou?

Eloá: Já almocei, já.

Sônia: Ele está nervoso?

Pela quarta vez a ligação é interrompida. Ao retornar.

Sônia: Quem fala?

Eloá: Eu, Eloá!

O seqüestrador toma o telefone da adolescente e afirma.

Lindemberg: Vai acabar da melhor maneira possível. Ninguém vai saber o horário, o momento.

Quando Eloá descer, ela vai descer com os dois revólveres sem munição e depois eu vou descer com as mãos para cima. Se alguém atirar em mim...

Sônia: A polícia não tem a intenção de tirar a vida de ninguém. Vai faça isso que você está falando.

Lindemberg: Eu tenho dois revólveres e um saco cheio de munição. Está confirmado. Na melhor hora eu vou fazer isso.

Sônia: Quando?

Lindemberg: É difícil ter confiança na polícia, acreditar na polícia. Quando me passarem tranqüilidade, eu faço isso.

Sônia: Eles têm falado com você?

Lindemberg: Até então eles não ligaram, desde que eu falei com vocês eles não ligaram para mim.

Sônia: Não somos nós que estamos prendendo a linha, ele tem o celular.

Lindemberg: Primeiro eu vou tentar ganhar tranqüilidade, ficar calmo, para liberar ela. Agora vou desligar o telefone.

Sônia: Deixa eu falar com a Eloá?

Lindemberg: Um minutinho.

A ligação pela quinta vez cai.

Sônia: Oi, Eloá. Que mensagem você quer passar para os seus pais?

Eloá: Tudo que eu peço é para os policiais terem tranqüilidade, fazerem tudo o que ele pedir, que vai dar tudo certo. A situação está sob controle. Minha vida está nas mãos dos policiais.

Eloá começa a chorar.

Eloá: Na melhor hora, ele vai me liberar. Está tudo sob controle. Eu estou calma eu tenho condições de conversar normalmente, me expressar bem. Quero deixar meus pais tranquilos, a família dele tranqüila. Ele não é uma pessoa má, vai dar tudo certo. Ele falou para eu desligar.

Sônia: Ta bom!

Luiz Guerra: Está tudo bem?

A entrevista termina nesse momento, mas não seria a única vez que Lindemberg falaria aos jornalistas. No mesmo dia 15 de outubro o seqüestrador foi entrevistado pelo Jornal Nacional, da Rede Globo, pelo Folha Online e pelo SP Record, da TV Record.

3.3 A ação do Ministério Público de São Paulo

As entrevistas do Programa de Sônia Abrão resultaram em uma Ação Civil Pública¹⁵ contra a Rede TV. A ação é de autoria da Procuradora Regional do Direito dos Cidadãos e Procuradora da República, Adriana da Silva Fernandes. De acordo com a ação, analisando o conteúdo das entrevistas, verifica-se que, de fato, a emissora cometeu ato abusivo, explorando, durante quase uma hora, no programa “A Tarde é Sua” a situação delicada e vulnerável em que se encontravam as adolescentes Eloá, sua amiga Nayara, e o Lindemberg Alves, ex-namorado da primeira, interferindo, indevidamente, em investigação policial em curso.

A ação fundamenta-se no direito do Ministério Público defender os cidadãos brasileiros a uma programação televisiva que respeite os direitos fundamentais, os direitos da criança e do adolescente e os valores éticos que devem permear a programação televisiva.

Ainda de acordo com a ação do MP, a Constituição Federal garante plenamente a liberdade de expressão e de manifestação do pensamento, de criação, de expressão e de informação, vedando qualquer censura de natureza política, ideológica ou artística (art. 220, *caput* e § 2º). No entanto a liberdade de comunicação social não é absoluta, devendo estar em compasso com outros direitos inseridos na Constituição Federal, dentre eles o direito à privacidade, à

¹⁵ http://www.conjur.com.br/2008-dez-02/mpf_indenizacao_rede_tv_entrevista_elo

imagem e à intimidade dos indivíduos (art. 220, § 1º e art. 5º, X), bem como os valores éticos e sociais da pessoa e da família (art. 221, IV). “A liberdade de comunicação deverá ser protegida sempre que cumprir sua função social, mas será submetida a controle quando incorrer em abuso.” (AÇÃO Civil Pública, 2008, p.12).

A Procuradora cita o art. 53 da Lei 4.117/62, que Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para enfatizar que constitui abuso, no exercício da liberdade de radiodifusão, o emprego desse meio de comunicação para a prática de crime ou contravenção previstos na legislação em vigor no País, inclusive para incitar a desobediência às leis ou decisões judiciais; comprometer as relações internacionais do País, ofender a moral familiar, pública, ou os bons costumes; colaborar na prática de rebeldia desordens ou manifestações proibidas.

Sobre a exploração do Caso Eloá pela mídia e pela interferência da mesma nas negociações, a Ação Civil Pública reforça a falta de ética da emissora de televisão, que veiculou as entrevistas, que não se importou com o sofrimento dos envolvidos no seqüestro, além de colocar em risco a vida da vítima, do seqüestrador e dos policiais.

O drama pessoal vivenciado pelos entrevistados, um deles, menor, foi transmitido sem nenhum respeito pela dor humana, relegando a ética a um plano secundário. Pode-se dizer que a emissora, no mínimo, colocou em risco o trabalho dos negociadores especializados da Polícia e a vida da adolescente e do seqüestrador. (AÇÃO Civil Pública, 2008, p.13).

Ocorre que, no programa da concessionária ré, não só o drama da adolescente foi tratado como entretenimento, em flagrante desrespeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento, como também a emissora a inseriu em seu programa como atração principal, fazendo com que dele participasse de modo efetivo e sem o devido alvará judicial. (AÇÃO Civil Pública, 2008, p.14).

Em entrevista ao Jornal Eletrônico Folha Online a apresentadora Sônia disse que não colocou a vida dos envolvidos em risco, que sua intenção era acalmar Eloá e Lindemberg e dar espaço para o seqüestrador conversar com o Brasil.

Ele queria algo que a polícia não podia dar, mandar um recado para a família e também estava preocupado com a opinião pública. Ele queria deixar claro que ele estava se comportando lá dentro. A pauta da entrevista foi essa. Em nenhum momento fiz algo que colocasse a situação em risco. Não sou principiante, queria

acalmar, dar para ele o que ele queria, que era conversar com o Brasil. Não fiz nada além do meu trabalho, conclui Sônia.¹⁶

Para o Comandante da Tropa de Choque, Coronel Eduardo Félix, as entrevistas feitas com Lindemberg, na tarde do dia 15 de outubro, atrapalharam o rumo das negociações, pois havia um acordo entre a PM e o seqüestrador para que o mesmo se entregasse.

Esse fato em especial fez com que houvesse um atraso. Às duas horas da tarde, já estava acertado com o rapaz que a moça iria almoçar e nós fornecemos o almoço dela. Ia almoçar e em seguida ela iria sair e ele iria se entregar para nós. Isso foi um acordo entre ele, o negociador e o irmão da vítima. O que ocorre, após a entrevista, ele de certa forma até agora não quer mais saber disso. Ele fala: eu vou sair quando eu quiser. (CAMPOS, 2008, p. 50).

¹⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u457780.shtml>

CONCLUSÃO

O Caso Eloá pode ser considerado uma tragédia, uma sucessão de erros, devido as falhas, já mencionadas, da polícia e da cobertura da mídia. Logo na Introdução foi destacado que Eloá, ainda com 12 anos de idade, começa um relacionamento amoroso com o jovem, Lindemberg, de 19 anos. E a questão da educação dos filhos merece reflexão. Uma relação precoce, que acabou sendo consentida pelos pais de Eloá devido à insistência da filha. Lindemberg com o passar do tempo se tornou agressivo, passou a bater na jovem e fazer ameaças. A família da garota, por receio, nunca chegou a fazer um boletim de ocorrência.

A família de Eloá concordou com o namoro, mesmo sabendo que a jovem sofria agressões físicas. Lindemberg proibia Eloá de sair com os amigos e de até frequentar festas familiares. No momento em que Eloá não aceitou mais a situação e pôs fim ao namoro, Lindemberg em atitude desequilibrada seqüestra a menina e mais três amigos. O Caso de Eloá nos remete a questão da importância da família no processo de educar. Devido às várias atribuições do dia-a-dia, muitos pais não conseguem tempo para dialogar e até mesmo educar seus filhos. Alguns, até mesmo para compensar tal falha, ou seja, a falta da presença, são permissivos para com os desejos dos filhos. Desta maneira, é fundamental que a família esteja atenta as dificuldades enfrentadas pelos filhos. Ela deve estar pronta para intervir da melhor maneira possível, visando sempre o bem de seus filhos, mesmo que isso implique em dizer não às suas exigências.

Algumas ações da polícia e a cobertura da mídia foram decisivas para a tragédia. No que se refere à atuação policial, mais precisamente sobre a alternativa tática do tiro de comprometimento, levantou-se uma discussão sobre o uso ou não do atirador de elite. Neste caso, Lindemberg seria alvejado e morto com o objetivo de garantir as vidas de Eloá e Nayara. A estratégia utilizada pelo GATE de São Paulo, a negociação, tinha como intuito a preservação das vidas de Eloá, Nayara e Lindemberg.

Embora o Caso Eloá, na época, transformou-se na agonia nacional, pode-se afirmar que o uso do atirador de elite não seria uma estratégia bem quista pela mídia e pela a sociedade, pois é uma atitude contrária ao direito à vida. Além desse fator, nossas polícias baseiam suas atitudes sob a ótica dos Direitos Humanos, da filosofia de Polícia Comunitária e da já

mencionada Doutrina de Gerenciamento de Crises. Desta maneira, a vida e a integridade física das pessoas devem ser preservadas e o uso da arma de fogo é considerado medida extrema, ou seja, só deve ser utilizado quando se esgotarem todos os meios para solucionar o conflito. E isso é uma questão complexa, pois como se pode chegar a conclusão de que já foram empregados todos os esforços com o objetivo de solucionar o problema?

O uso da força letal é uma questão polêmica. O principal objetivo da Doutrina de Gerenciamento de Crises é a preservação de todas as vidas, não importando se for a vida de um marginal, refém/ vítima ou um rapaz sofrendo por uma desilusão amorosa.

Especialistas em Segurança Pública consideraram a reintrodução de Nayara no cativo o erro mais gritante da PM de São Paulo. O objetivo era que a adolescente auxiliasse nas negociações, entretanto Nayara subiu ao apartamento sem nenhuma proteção policial, sem qualquer medida de segurança.

Outros pontos como a manutenção da energia elétrica e conseqüentemente o acesso que Lindemberg teve aos meios de comunicação também nos fazem refletir sobre a ação da polícia. Segundo a Doutrina de Gerenciamento de Crises, o corte da energia elétrica é recomendado para isolar qualquer contato do seqüestrador e da vítima ou refém com o exterior. Porém, a eletricidade em determinado momento do seqüestro foi restabelecida, pois Lindemberg, em represália, não atendia aos telefonemas do negociador.

Em entrevista no programa de Sônia Abrão, o seqüestrador afirma que soltou Nayara não em troca da volta da eletricidade, mas sim por ter se comovido com a história de vida da garota. “Mas acontece que esse capitão que assumiu está fazendo besteira... Apagou a luz aí... Ele está pensando que eu liberei a Nayara porque ele acendeu a luz e não foi”. (CAMPOS, 2008, p.41). O restabelecimento da eletricidade permitiu que Lindemberg tivesse acesso pelos meios de comunicação de toda a ação policial.

A falta de equipamentos como, por exemplo, micro-câmeras prejudicou muito a entrada dos policiais no cativo. Sem esse recurso, o GATE não conseguiu monitorar as ações no interior do apartamento. Houve uma suposição de que o seqüestrador poderia ter barricado a porta de entrada. E foi o que exatamente aconteceu, os móveis colocados por Lindemberg atrás da porta dificultaram a ação de resgate das reféns/ vítimas e a prisão do seqüestrador.

Infelizmente esses erros auxiliaram no desfecho trágico do seqüestrado. Mas é importante ressaltar que os militares do GATE são policiais altamente capacitados e treinados para o atendimento de ocorrências complexas. E que os casos de êxito nas ações são mais numerosos do que os de insucessos. Não se pode esquecer o fator vontade do seqüestrador, pois foi ele quem provocou todos os acontecimentos. Foi Lindemberg quem decidiu atirar em direção às adolescentes.

A cobertura da mídia também foi um fator decisivo na tragédia de Eloá. Alguns jornalistas não enxergaram a gravidade e complexidade do caso. Queriam o furo jornalístico, a tão cobiçada audiência e se esqueceram dos preceitos éticos da profissão, que estão descritos no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. A superexposição do Caso Eloá pela mídia revelou que o estilo sensacionalista, que explora a tragédia humana, ainda é praticado em muitas coberturas sobre violência e criminalidade. A intervenção da imprensa foi absurda ao ponto de conceder espaço em Rede Nacional ao seqüestrador para que o mesmo expusesse os motivos do crime que cometera. Na busca pela audiência, a jornalista Sônia Abrão dedicou boa parte de seu programa com duas entrevistas com o seqüestrador. Segundo o Ministério Público de São Paulo, a jornalista se comportou como uma negociadora, garantindo até a integridade física de Lindemberg.

A cobertura da imprensa possivelmente influenciou nas decisões que poderiam ser tomadas pela equipe de Gerenciamento de Crises. Por mais experientes e preparados que sejam os policiais, estes passam por inúmeras pressões e cobranças tanto internas quanto externas. Desta maneira, essa pressão externa, representada principalmente pela mídia, reflete nas decisões que o comando poderia ou queria empregar durante o seqüestro.

As falhas já citadas tanto por parte das ações da polícia e da cobertura da mídia foram fatores que contribuíram para o triste final do Caso Eloá, mas deve-se realçar que a morte da adolescente aconteceu pela vontade de Lindemberg, que ao que tudo indica não hesitou em retirar a vida da ex-namorada.

ANEXO

ANEXO A - Roteiro de debate do Grupo Focal

Questões-chave:

100 HORAS DE NEGOCIAÇÃO. EXISTE ALGUM TEMPO DETERMINADO PARA QUE SE POSSA LANÇAR MÃO DE ALGUMA ALTERNATIVA TÁTICA COMO, POR EXEMPLO, A INVASÃO DO CATIVEIRO.

No vídeo o instrutor da SWAT diz que 9 horas (Max 24h) já são suficientes para que ocorra a invasão tática. Em nossos manuais como funciona? É preciso negociar até a exaustão?

Psicologicamente tanto para a equipe envolvida quanto para os reféns e criminosos, o prolongamento de um seqüestro pode haver um desequilíbrio emocional nos envolvidos?

UMA DAS ESTRATÉGIAS TÁTICAS APONTADAS PELO INSTRUTOR DA SWAT FOI A UTILIZAÇÃO DO SNIPER. EM UM SEQUESTRO LONGO COMO ESSE, NÃO ERA VIÁVEL A UTILIZAÇÃO DO ATIRADOR DE ELITE PARA A PRESERVAÇÃO DA VIDA DAS REFÉNS?

Em entrevista, o então Secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Balestreri, disse: “No mundo inteiro é comum o uso de atiradores de elite, mas o Brasil ainda é um país emocional na área de Segurança Pública”.

Caso a PM tivesse utilizado o atirador de elite, ela poderia ter sofrido críticas pesadas por ter matado um jovem perturbado com fim do namoro?

Na imagem que mostra Eloá na janela e logo atrás dela Lindemberg com um revólver na mão, apontado para a ex-namorada. Naquele momento, o atirador de elite poderia ter sido utilizado com a finalidade de um tiro tático e não letal?

SEGUNDO ESPECIALISTAS, A VOLTA DE NAYARA AO CATIVEIRO FOI UM ERRO GRAVE. OS SENHORES CONCORDAM OU NÃO? POR QUAL MOTIVO? A PARTIR DESSE MOMENTO, A POLÍCIA TERIA PERDIDO O CONTROLE DA NEGOCIAÇÃO?

Falando ainda da volta de Nayara ao cativeiro, em uma situação de crise é possível utilizar terceiros para auxiliarem nas negociações?

Caso seja possível, em termos de segurança, como é feita a aproximação dessas pessoas com o seqüestrador? Elas recebem alguma instrução sobre o que podem falar com o seqüestrador?

PARA REALIZAR A INVASÃO TÁTICA, A POLÍCIA TEM QUE CONTAR COM A POSSIBILIDADE DE ENCONTRAR OSTÁCULOS QUE DIFICULTARÃO A ENTRADA. A INVASÃO DOS POLÍCIAIS NÃO FOI SIMULTÂNEA E HOUVE DIFICULDADE DE SE ENTRAR NO CATIVEIRO DEVIDO AOS OBSTÁCULOS ATRÁS DA PORTA. NESSE CASO HOUVE CERTO DESPREPARO POLICIAL NA AÇÃO?

Este tipo de ação deveria ter sido melhor planejada?

O ISOLAMENTO DO LOCAL VISA NÃO SÓ CONTER A APROXIMAÇÃO DE CURIOSOS, MAS TAMBÉM NÃO PERMITIR O CONTATO DA VÍTIMA E DO SEQUESTRADOR COM O MUNDO EXTERIOR. NO CASO ELOÁ PODE SER CONSIDERADO UM ERRO DA POLÍCIA O FATO DE TER CORTADO A ENERGIA ELÉTRICA E DEPOIS CEDER A PRESSÃO DO SEQUESTRADOR QUE EXIGIU A VOLTA DA ELETRICIDADE?

Psicologicamente o seqüestrador poderia ter se sentido o “dono” da situação, pois sua exigência foi atendida?

O SEQUESTRADOR TINHA ACESSO AO RUMO DAS INVESTIGAÇÕES PELA IMPRENSA, ALÉM DE VER TODAS AS INFORMAÇÕES PELA TELEVISÃO, ALGUNS JORNALISTAS ENTRARAM EM CONTATO COM LINDEMBERG PELO TELEFONE CELULAR, IMPEDINDO A COMUNICAÇÃO COM OS NEGOCIADORES.

Na opinião dos senhores como a imprensa deve se proceder para que a mesma não atrapalhe o rumo das negociações?

REFERÊNCIAS

AGRESSOR provocou invasão de apartamento. *Folha Online*, 18 out. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u457690.shtml> . Acesso em: 10 ago. 2010.

BOMFIM, Valério. A espetacularização da mídia. *Observatório da Imprensa*, 28 out. 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=509FDS009> . Acesso em: 16 set. 2010.

CALDEIRINHA, Daniela; ALBERNAZ, Elizabete. Mídia e Segurança Pública: um balanço. In: Conferência Nacional de Segurança Pública, 1., 2009, Brasília. *Cadernos Temáticos Conseg*. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. p. 12-18.

CAMPOS, Márcio. *A tragédia de Eloá: uma sucessão de erros*. São Paulo: Landscape, 2008. 109 p.

CÓDIGO de Ética dos Jornalistas. Vitória: *Federação Nacional dos Jornalistas*, 04 ago. 2007. Disponível em: www.fenaj.org.br/.../cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf Acesso em: 20 set. 2010.

COLI, André; LUCIANO, Gilmar; AURÉLIO, Luciano. *Gestão das Operações*. Belo Horizonte: APM/ CET, 2007.

ESPECIALISTAS em resgate com reféns criticam ação no ABC. *Portal G1*, 18 out. 2008. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL803726-5605,00.html> . Acesso em: 10 ago. 2010

FARIAS, Carolina. PM agiu corretamente ao invadir apartamento onde rapaz mantinha refém, diz especialista. *Folha Online*, 17 out. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u457608.shtml> . Acesso em: 10 ago. 2010.

FERNANDES, Adriana da Silva. *Ação Civil Pública*. São Paulo: Ministério Público Federal - Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão. 2008. 20f.

FREIZER, Vanderson; REICINAER, J.R; SHERRIE, Steve Von. Uma seqüência de erros. *Observatório da Imprensa*, 28 out. 2008. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=509FDS012> . Acesso em: 16 set. 2010.

GERENCIAMENTO de Crises. Bahia: Secretaria de Segurança Pública, 2008. 28 p.

HOINEFF, Nelson. Quem matou Eloá. *Observatório da Imprensa*, 21 out. 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=508JDB002> . Acesso em: 16 set. 2010.

JACOB, Ricardo. *Mídia e Violência: um estudo sobre o caso Eloá*. 2009. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Faculdade de Comunicação Cásper Libero, São Paulo, 2009.

JUNIOR, Irio Doria. Direitos Humanos e as ocorrências com reféns. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 02 out. 2007. Disponível em: <http://www2.forumseguranca.org.br/node/21957> . Acesso em: 10 ago. 2010.

MENDONÇA, Nina C. *Normatização de Trabalhos Acadêmicos*. Belo Horizonte: Curso de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, 2º semestre de 2009.

MOREIRA, Cícero Nunes; CORRÊA, Marcelo Vladimir. *Manual da Prática Policial-Geral*. Belo Horizonte: APM, 2002.

NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. *Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação*. In: Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais, 13., 2002, Ouro Preto. p.01-26.

NOVAES, Tereza. Não fiz nada além do meu trabalho, diz Sônia Abrão. *Folha Online*, 18 out. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u457780.shtml> . Acesso em: 20 set. 2010.

PATIAS, Jaime Carlos. O espetáculo da violência no telejornal sensacionalista: uma análise do Brasil Urgente. 2005. 228 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado). Faculdade Cásper Libero, São Paulo, 2005.

PM poderia ter baleado rapaz que manteve reféns em Santo André. *Folha Online*, 18 out. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u457749.shtml> . Acesso em: 10 ago. 2010.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. Mídia e Violência: o desafio brasileiro na cobertura sobre violência, criminalidade e segurança pública. In: Conferência Nacional de Segurança Pública, 1., 2009, Brasília. *Cadernos Temáticos Conseg*. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. p. 19-29.

REDE TV! é processada por causa de entrevista com Eloá. *Consultor Jurídico*, 02 dez. 2008.

Disponível em: http://www.conjur.com.br/2008-dez-02/mpf_indenizacao_rede_tv_entrevista_eloá . Acesso em: 10 set. 2010.

RESOLUÇÃO Conjunta 009/2005 de 24 de junho de 2005, das Polícias Militar e Civil do Estado de Minas Gerais.

SALMEN, Diego. Pimentel, mídia foi criminosa e irresponsável. *Terra Magazine*, 20 out. 2008. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3270057-EI6578,00-Pimentel+mídia+foi+criminosa+e+irresponsavel.html> . Acesso em 10 ago. 2010.

SECRETÁRIO nacional vê 'erro flagrante' no caso Eloá. *Terra Notícias*, 20 out. 2008. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI3270264-EI12424,00.html> . Acesso em: 10 ago. 2010.

SILVA, Camila Dias. *A responsabilidade da mídia na Segurança Pública: uma análise do Programa Itatiaia Patrulha na divulgação da criminalidade e violência*. 2008. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SOUZA, Robson Sávio Reis. Mídia, Violência e Direitos Humanos. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 16 dez. 2009. Disponível em: <http://www2.forumseguranca.org.br/node/22909> . Acesso em: 15 jun. 2010.

SOUZA, Robson Sávio Reis. Imprensa e insegurança: instituindo novas relações. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 23 mar. 2007. Disponível em: <http://www2.forumseguranca.org.br/node/21753> . Acesso em: 15 jun. 2010.

SOUZA, Robson Sávio Reis. Mídia e Violência: o papel da imprensa na segurança pública. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 18 abr. 2008. Disponível em: <http://www2.forumseguranca.org.br/node/22146> . Acesso em: 15 jun de 2010.

TRAGÉDIA de Eloá aquece audiência e tira TV do traço, diz coluna. *Folha Online*, 21 out. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u458381.shtml> . Acesso em: 16 set. 2010.

VÍDEO Caso Eloá Instrutor da SWAT critica operação policial part.2. *Youtube*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=UGehVoqtdPA&feature=related> . Acesso em: 07 de maio de 2010.